

A close-up photograph of a group of diverse children, primarily of African descent, looking towards the camera. The children are of various ages, with a young girl in the foreground wearing a pink headband with a flower. The background is slightly blurred, showing other children.

Guia de **Fóruns** Comunitários

Guia de
Fóruns
Comunitários



Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Representante do UNICEF no Brasil

Florence Bauer

Representante Adjunta do UNICEF no Brasil

Esperanza Vives

Coordenador do Programa de Melhoria da Qualidade das Políticas Públicas

Mario Volpi

Coordenadora do Território da Amazônia

Anyoli Sanabria

Coordenador do Território do Semiárido

Robert Gass

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar Brasília, DF – 70750-521

www.unicef.org.br – brasilia@unicef.org

Guia Metodológico do Selo UNICEF – Edição 2017-2020**Desenvolvimento**

UNICEF Brasil e MOVE Social

Agradecimentos

Agradecimentos especiais às equipes dos governos e municípios dos estados da Amazônia Legal Brasileira e do Semiárido e aos nossos parceiros pelas contribuições a esta edição do Selo UNICEF.

Projeto Gráfico e diagramação

Via Design

Fotos

Anderson Rodrigues; Duas Estúdio; Harrison Lopes; João Laet; Manuela Cavadas; Raoni Libório; Studio Lumiar; Ueslei Marcelino.

Orientações para reprodução de conteúdo

O UNICEF incentiva o uso de seus estudos, pesquisas e relatórios para fins educacionais e informativos, mas todas as publicações da organização estão protegidas por leis e regulamentos de direitos autorais. A autorização por escrito do UNICEF é obrigatória para a reprodução de quaisquer de suas publicações, no todo ou em parte, e em qualquer formato ou meio, incluindo impressos ou eletrônicos. As autorizações para organizações governamentais e não governamentais, instituições educacionais e de pesquisa e indivíduos que trabalham sem fins lucrativos podem ser concedidas gratuitamente, desde que conste menção de crédito ao UNICEF.

APRESENTAÇÃO 4

SOBRE ESTE GUIA 7

OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS E A REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO 9

OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS 13

1º FÓRUM COMUNITÁRIO 19

PREPARAÇÃO e MOBILIZAÇÃO **22**

REALIZAÇÃO **28**

COMPROVAÇÃO **35**

RESUMINDO **37**

REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO 39

PREPARAÇÃO **41**

REALIZAÇÃO **41**

COMPROVAÇÃO **44**

RESUMINDO **45**

2º FÓRUM COMUNITÁRIO 47

PREPARAÇÃO e MOBILIZAÇÃO **49**

REALIZAÇÃO **50**

VISIBILIDADE **56**

COMPROVAÇÃO **58**

RESUMINDO **59**

ANEXOS 65

Anexo 1 – Modelo de Ficha de Inscrição para os Fóruns Comunitários **66**

Anexo 2 – Modelos de quadro de informações consolidadas e lista de presença para os Fóruns Comunitários **67**

Anexo 3 - Modelo de Plano de Ação **69**

Anexo 4 - Sugestões de metodologias lúdicas para as atividades dos Fóruns Comunitários **70**

Anexo 5 – Fichas de indicadores de impacto para uso dos(das) facilitadores(as) e relatores(as) dos Grupos de Trabalho no 1º Fórum Comunitário **72**

Anexo 6 – Lista de presença da Reunião Intermediária de Acompanhamento **83**

Anexo 7 – Modelo de Ofício para Convite de Observador(a) ao 2º Fórum Comunitário **84**

Anexo 8 – Formulário para Relatório do 2º Fórum Comunitário **85**



APRESENTAÇÃO

Há uma ideia poderosa que eu e meus colegas de UNICEF costumamos usar sempre que precisamos explicar para alguém o que é e como funciona o Selo UNICEF: **quem faz o Selo UNICEF acontecer são as pessoas em seus municípios**. E é justamente sobre pessoas que se tratam os Fóruns Comunitários, os dois momentos fundamentais de envolver a comunidade nas decisões das políticas públicas pelas crianças e adolescentes de seu município.

Os Fóruns Comunitários são encontros entre pais, mães, irmãos e irmãs, avós e avôs, famílias, educadores, profissionais de saúde, assistentes sociais, gestores municipais, empresas, adolescentes e todos e todas que podem de alguma forma contribuir e influenciar que os direitos dos meninos e das meninas sejam respeitados e garantidos.

O *1º Fórum Comunitário* é o espaço em que efetivamente a comunidade passa a ser parte do planejamento das ações relacionadas ao Selo UNICEF e contribui na busca por respostas que produzam impactos reais e positivos sobre a vida de crianças e adolescentes. Com um resultado prático: um Plano de Ação para enfrentar os principais problemas do município, que deve ser implementado pela gestão municipal ao longo dos quatro anos do ciclo do Selo UNICEF. E os resultados deste Plano de Ação são apresentados à comunidade em 2020, durante o *2º Fórum Comunitário*, quando novamente a participação dos cidadãos e cidadãs do município é fundamental para o garantir que as políticas públicas pelas crianças e adolescentes funcionem, e que permaneçam após o fim deste ciclo do Selo UNICEF.



Esta edição do Selo UNICEF traz ainda uma inovação, a *Reunião Intermediária de Acompanhamento*, instrumento para auxiliar os gestores municipais a avaliar se o Plano de Ação está sendo seguido e fazer os ajustes necessários para que o município chegue ao 2º Fórum Comunitário com mais e melhores resultados concretos para apresentar à comunidade.

A equipe do UNICEF e nossos parceiros estarão com vocês durante os quatro anos do Selo UNICEF. Contem conosco. Vamos juntos avançar na realização dos direitos das nossas crianças e adolescentes. Mas lembrem que **isso só é possível a partir da mobilização de todos**, Prefeitura e comunidade.

Bons Fóruns Comunitários a todas e todos.

Florence Bauer

Representante do UNICEF no Brasil



SOBRE ESTE GUIA

O *Guia de Fóruns Comunitários* se destina aos municípios participantes da Edição 2017-2020 do Selo UNICEF. Dentro do percurso proposto na metodologia do programa, os *Fóruns Comunitários* e a *Reunião Intermediária de Acompanhamento* são estratégias para promover o fortalecimento da participação social nos processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas para infância e adolescência nos municípios. Estes são espaços nos quais todas e todos têm a oportunidade de refletir e, juntos, definir as prioridades para a garantia dos direitos da criança e do adolescente e o alcance dos objetivos do Selo UNICEF.

Este Guia contempla as orientações para a realização dos dois *Fóruns Comunitários* e da *Reunião Intermediária de Acompanhamento* previstos na metodologia do Selo UNICEF como atividades obrigatórias para o processo de certificação dos municípios. É fundamental que essas atividades garantam a efetiva participação de diferentes grupos da sociedade, de modo que eles influenciem a construção de políticas públicas na área da infância e adolescência. Este Guia busca justamente apoiar e qualificar este processo e é dirigido ao Articulador municipal, aos demais membros da Comissão Interinstitucional e aos integrantes do CMDCA, incluindo lideranças de grupos organizados de adolescentes, entre outras pessoas interessadas.

Para garantir maior acesso à esta publicação, uma versão eletrônica está disponível e pode ser baixada no site www.selounicef.org.br.



OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS E A REUNIÃO INTERMEDIÁRIA NO CONTEXTO DO SELO UNICEF

O Selo UNICEF é uma iniciativa que tem como objetivo contribuir com a redução das desigualdades e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes do Semiárido e da Amazônia brasileira. Para isso, busca fortalecer a gestão municipal e qualificar as políticas públicas direcionadas à infância e à adolescência nos municípios participantes, garantindo a mobilização social e a participação dos adolescentes.

Conforme detalhado no *Guia Metodológico do Selo UNICEF – Edição 2017-2020*¹, a proposta desta edição está estruturada em quatro objetivos, que se desdobram em 17 Resultados

Sistêmicos a serem alcançados ao longo do programa. Os objetivos são:

1

Garantir políticas especializadas para crianças e adolescentes excluídos;

2

Garantir políticas sociais de qualidade para crianças e adolescentes vulneráveis;

3

Prevenir e desenvolver respostas às formas extremas de violência;

4

Promover o engajamento e participação dos cidadãos.

¹. O Guia Metodológico do Selo UNICEF – Edição 2017-2020 está disponível em www.selounicef.org.br.

Os *Fóruns Comunitários* e a *Reunião Intermediária de Acompanhamento* são momentos de tomada de decisão coletiva e acompanhamento das ações e indicadores do Selo. Eles estão relacionados especificamente com o quarto objetivo citado acima, respondendo diretamente ao Resultado Sistêmico 17, que pretende assegurar “*mecanismos de escuta e participação da sociedade (especialmente de crianças e adolescentes) na elaboração e controle social de políticas públicas institucionalizados*”. Para cada Resultado Sistêmico, são propostas Ações de Validação que devem ser realizadas pelo município para que aquele resultado seja alcançado. No caso do Resultado Sistêmico 17, as Ações de Validação propostas são:

- 17.1. Implementar núcleos de cidadania de adolescentes conforme as atividades previstas no Guia do Mobilizador de Adolescentes
- **17.2. Realizar dois Fóruns Comunitários e uma Reunião intermediária de Acompanhamento, garantindo a participação de adolescentes**
- 17.3. Apoiar o funcionamento regular do CMDCA como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas e atuando a partir do Plano Municipal Decenal sobre Direitos de Criança e Adolescente.

ODS	IMPACTO	INDICADORES
 <p>Erradicação da pobreza</p>  <p>Fome zero e agricultura sustentável</p>	Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão	<p>I.1 % de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos</p> <p>I.2 Taxa de abandono no Ensino Fundamental</p> <p>I.3 % de crianças beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola</p>
 <p>Boa saúde e bem-estar</p>  <p>Educação de qualidade</p>	Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços	<p>I.4 % de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade</p> <p>I.5 % de nascidos vivos de mulheres com idade entre 10 a 14 anos</p> <p>I.6 % de gestantes com sífilis realizando tratamento adequado</p> <p>I.7 % de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados</p> <p>I.8 Distorção idade-série nos anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental</p> <p>I.9 % de óbitos infantis investigados</p>
 <p>Igualdade de gênero</p>  <p>Redução das desigualdades</p>	Sistema de proteção capaz de prevenir e responder à violência contra crianças e adolescentes	I.10 Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas
 <p>Paz, justiça e instituições fortes</p>  <p>Parcerias em prol das metas</p>	Cidadãos engajados colaborando ativamente para conduzir ações públicas para a realização dos direitos das crianças e dos adolescentes	I.11 % de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral

Resultados Sistêmicos e Ações de Validação

 Resultados sistêmicos obrigatórios

<p>OBJETIVO 1</p> <p>Garantir políticas especializadas para crianças e adolescentes excluídos</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 1</p> <p>Registro civil de nascimento assegurado a todas as crianças e adolescentes</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 2</p> <p>Programa de busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola implementado</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 3</p> <p>Programas e políticas de inclusão social de famílias vulneráveis funcionando no município</p> 		
<p>OBJETIVO 2</p> <p>Garantir políticas sociais de qualidade para crianças e adolescentes vulneráveis</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 4</p> <p>Programas de melhoria do estado nutricional das crianças e adolescentes, incluindo a promoção do aleitamento materno e alimentação saudável, implementados</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 5</p> <p>Acesso ao pré-natal garantido segundo os critérios de qualidade do Ministério da Saúde</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 6</p> <p>Serviços qualificados para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens em funcionamento conforme diretrizes do Ministério da Saúde</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 7</p> <p>Ações de promoção de direitos sexuais e reprodutivos e prevenção das IST/Aids voltadas para adolescentes e jovens implementadas</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 8</p> <p>Estratégia para redução da distorção idade-série implementada</p> 
	<p>RESULTADO SISTÊMICO 9</p> <p>Estratégia de promoção da Igualdade Racial implementada na rede escolar municipal</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 10</p> <p>Primeira Infância valorizada como prioridade na agenda de políticas públicas do município</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 11</p> <p>Sistema de proteção social básica fortalecido no município</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 12</p> <p>Acesso ao esporte educacional, seguro e inclusivo garantido a todas as crianças e adolescentes do município</p> 	
<p>OBJETIVO 3</p> <p>Prevenir e desenvolver respostas às formas extremas de violência</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 13</p> <p>Serviços integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência ofertados no município</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 14</p> <p>Situações de violência e trabalho infantil prevenidas e notificadas no município</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 15</p> <p>Serviços de atendimento socioeducativo em meio aberto disponíveis no município e alimentando os cadastros nacionais</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 16</p> <p>Ações multissetoriais de proteção ao direito à vida dos adolescentes e contra a violência implementadas no município</p> 	
<p>OBJETIVO 4</p> <p>Promover o engajamento e participação dos cidadãos</p> 	<p>RESULTADO SISTÊMICO 17</p> <p>Mecanismos de escuta e participação da sociedade (especialmente de crianças e adolescentes) na elaboração e controle social de políticas públicas institucionalizados</p> 	<p>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • 17.1 Implementar núcleos de cidadania de adolescentes conforme as atividades previstas no Guia de Mobilização de Adolescentes • 17.2 Realizar dois Fóruns Comunitários e uma Reunião intermediária de Acompanhamento, garantindo a participação de adolescentes • 17.3 Apoiar o funcionamento regular do CMDCA como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas e atuando a partir do Plano Municipal Decenal sobre Direitos de Criança e Adolescente 			



OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS

Os Fóruns Comunitários são espaços de encontro, disseminação de informações e diálogo sobre as políticas públicas municipais. É nele que a comunidade analisa a situação das crianças e adolescentes, planeja e sugere ações, monitora e avalia o impacto das políticas sociais voltadas à infância e à adolescência. **Além de importante espaço de participação social, os Fóruns Comunitários são potentes ferramentas de aprendizagem para a população sobre seus direitos e papel de cidadãos** – e, nesse sentido, a experiência prática de participação e decisão sobre as prioridades públicas do seu município vivenciada nos Fóruns é fundamental.

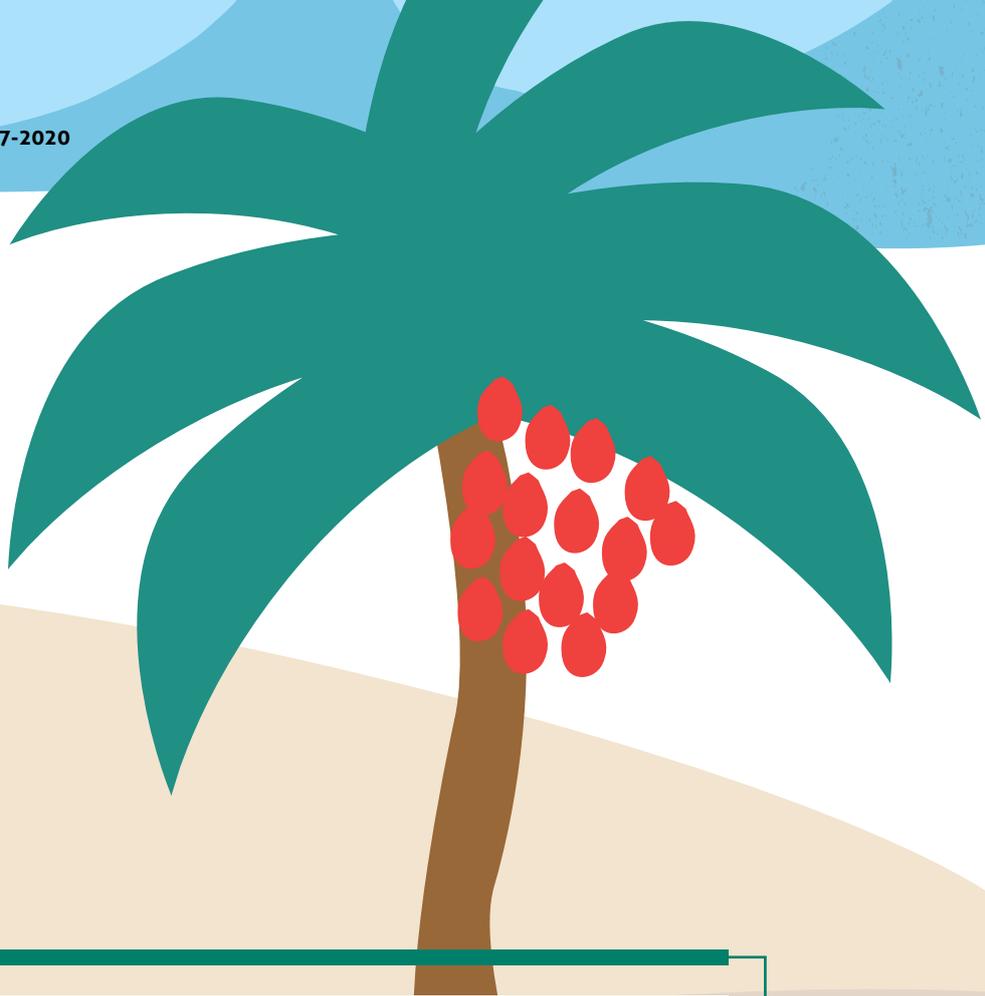
O **1º Fórum Comunitário** deve ser realizado no primeiro semestre de 2018. É um momento essencial para **estruturar o percurso do município rumo ao Selo UNICEF**, uma vez que propõe um diagnóstico da situação das crianças e adolescentes do município e a reflexão conjunta sobre os diversos fatores de desigualdades. Este encontro é o **espaço de escuta**

e levantamento de propostas da sociedade civil para a elaboração do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.

A **Reunião Intermediária de Acompanhamento** é uma novidade desta edição do Selo UNICEF. A ser realizada no primeiro semestre de 2019, esta reunião **visa garantir um momento coletivo de monitoramento das ações e resultados.**

A **Reunião Intermediária de Acompanhamento** existe para que o município tenha **oportunidade de fazer correções de curso no Plano de Ação ao longo do ciclo do Selo UNICEF.**

O **2º Fórum Comunitário** marca a **avaliação da sociedade sobre a implementação das ações e dos resultados alcançados** na atenção à população de 0 a 18 anos incompletos. Trata-se de um **momento de devolutiva** para a sociedade, sendo um **espaço importante de fortalecimento da transparência e participação social no município.**



Os Fóruns Comunitários têm como **objetivo** o diálogo e construção conjunta com a comunidade para:

- ❑ **Análise** das condições de vida da infância e da adolescência e identificação das políticas públicas e oferta de serviços;
- ❑ **Planejamento** de ações para garantia dos direitos de crianças e adolescentes e pela redução das desigualdades;
- ❑ **Monitoramento** e avaliação participativos dos resultados de ações, projetos, programas e políticas públicas para meninas e meninos de até 18 anos incompletos.

A definição dos responsáveis pelo desenvolvimento dos *Fóruns* e da *Reunião Intermediária de Acompanhamento* cabe a cada município, mas recomenda-se que essas atividades sejam coordenadas pelo CMDCA com apoio da Prefeitura – em especial do(a) Articulador(a) Municipal, com apoio da Comissão Intersetorial pelos Direitos da

Infância e Adolescência. Para que esses encontros de fato aconteçam com o propósito esperado, é importante que sejam definidos responsáveis e prazos para todas as tarefas. Lideranças locais, crianças, adolescentes e famílias podem estar envolvidos desde o início da articulação e preparação dos encontros.

DICA 1: PASSO A PASSO PARA A PREPARAÇÃO DOS FÓRUNS COMUNITÁRIOS

1º passo: Promover a mobilização > convidar organizações do setor público e da sociedade, especialmente aquelas dedicadas à promoção, garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, como: equipes das escolas municipais e estaduais, técnicos e gerentes de equipamentos de saúde e de assistência social, organizações e associações comunitárias, conselhos setoriais, sindicatos, Câmara de Vereadores, Conselho Tutelar, agentes do poder judiciário, agentes do Ministério Público, agentes de segurança pública, entre outros. Também é importante divulgar o evento para a comunidade em geral, o que pode ser feito por meio dos serviços públicos de educação, saúde e assistência social ou com campanhas em rádios, etc.

2º passo: Escolher o(a) facilitador(a) > será a pessoa que guiará os participantes nas etapas do trabalho de preparação do 1o Fórum. Essa função poderá ser exercida pelo(a) Articulador(a) municipal, por um membro do CMDCA ou da Comissão Intersetorial. É fundamental ter capacidade de escutar e dar a palavra aos participantes, conhecer a metodologia do Selo UNICEF e este Guia. O(a) facilitador(a) deve participar da elaboração do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.

3º passo: Pensar na equipe de apoio operacional > técnicos de som e imagem, profissionais de limpeza, alimentação, transporte, entre outros. Garantir uma equipe que cuide da qualidade sonora, gravação, organização, limpeza, deslocamentos e alimentação é um importante passo para a organização do Fórum.

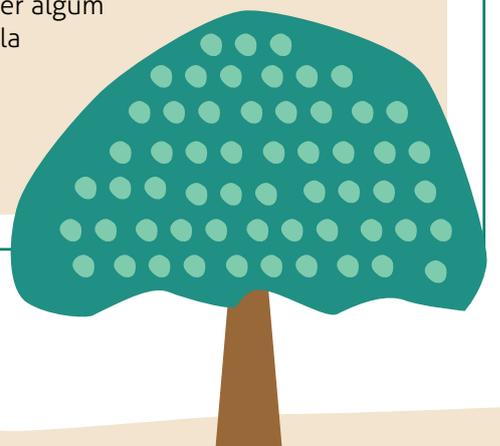
4º passo: Escolher espaço adequado > pode ser um clube, associação, escola, ou outro espaço que se julgue adequado. O importante é que o local definido possua um auditório e outras salas ou espaços para acomodar os 11 Grupos de Trabalho, assegurando que o debate dentro de cada um deles não interfira no trabalho dos demais.

5º passo: Selecionar os participantes dos Grupos de Trabalho > é fundamental convidar pessoas e/ou entidades com atividade local reconhecida nas áreas de promoção, garantia e defesa dos direitos da infância e da adolescência para os papéis de Articulador(a) e relator(a) dos Grupos de Trabalho. Exemplo: professor de escola pública atuante na comunidade, médico do Programa de Saúde da Família, adolescentes participantes de grêmios escolares, conselheiros tutelares, entre outros.

6º passo: Preparar material impresso > produzir e distribuir convites, escrever informativo para os meios de comunicação e preparar crachás da comissão organizadora e dos participantes do encontro.

7º passo: Providenciar equipamentos e material de apoio > podem ser utilizados: computador, data show, retroprojetor, cavalete/flip chart, sistema de som, gravador, câmera filmadora, máquina fotográfica, etc. Também serão necessários lápis, canetas e papel para anotações para os participantes.

8º passo: Garantir alimentação > é recomendável oferecer algum tipo de alimentação durante o evento, principalmente pela esperada ampla participação da comunidade que, muitas vezes, se desloca percorrendo grandes distâncias para estar presente.



DICA 2: PARTICIPANTES E CONVIDADOS SUGERIDOS PARA OS FÓRUMS COMUNITÁRIOS

Instituição ou pessoa que deve ser convidada	Forma de escolha
Adolescentes, sendo três meninos e três meninas dos núcleos de cidadania de adolescentes	O CMDCA organizará um encontro no qual os adolescentes escolherão os seus representantes – pode ser uma oficina, seminário ou reunião do núcleo de cidadania de adolescentes
Artista	Indicação do CMDCA
Comunicador (radialista ou jornalista)	Indicação do CMDCA
Conselheiro Tutelar	Indicação dos membros do Conselho Tutelar
Delegado de Polícia ou outra autoridade policial representada no município, inclusive a Polícia Rodoviária Federal	Indicação do CMDCA (convite pessoal e intransferível)
Empresários ou comerciantes	Indicação do CMDCA
Juiz de Direito	Indicação do CMDCA (convite pessoal e intransferível)
Membros de cinco famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família	As famílias serão escolhidas em reunião do CMDCA a partir de uma lista fornecida pela Secretaria de Assistência Social do município A família escolhida indicará o seu representante
Membro de uma família atendida pela Estratégia Saúde da Família (originalmente PSF) ou Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)	A família será escolhida em reunião do CMDCA a partir de uma lista fornecida pela coordenação do PACS / PSF no município A família escolhida indicará o seu representante
Pai ou mãe de uma criança com deficiência ou necessidade especial de educação, saúde e assistência social	Indicação do CMDCA a partir de listas fornecidas pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social
Parteiro ou parteira	Indicação do CMDCA
Professor(a) do núcleo gestor de uma escola municipal	A escola deverá ser escolhida pelo e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação O(A) professor(a) deverá ser indicado pelos seus pares
Professor(a) de um centro de educação infantil	O centro de educação infantil deverá ser escolhido pelo CMDCA e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação O(A) professor(a) deverá ser indicado pelos seus pares

DICA 2: PARTICIPANTES E CONVIDADOS SUGERIDOS PARA OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS (continuação)

Instituição ou pessoa que deve ser convidada	Forma de escolha
Profissionais integrantes do PSF ou PACS (mínimo duas pessoas)	Indicação pela coordenação municipal dos programas de um membro que desenvolva trabalho direto com as famílias
Profissional sem cargo comissionado lotado em cada um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do município	Os profissionais deverão ser escolhidos pelo CRAS / CREAS em reuniões específicas
Promotor Público	Indicação do CMDCA (convite pessoal e intransferível)
Representante de organizações da sociedade civil na área da infância e adolescência com atuação no município	Indicação da coordenação local da Pastoral ou da ONG identificada
Representante de associação Comunitária	Indicação do CMDCA
Representante religioso	Indicação do CMDCA
Representantes de movimentos sociais ou comunidades rurais, quilombolas e indígenas	O CMDCA indica a comunidade ou movimento, que, por sua vez, indica o seu representante
Representantes de sindicatos	Indicação do CMDCA
Representante de um Conselho Escolar (Escola municipal ou estadual)	A escola deverá ser escolhida pelo CMDCA e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação e indicar seu representante
Representante de um Grêmio Escolar (Escola municipal ou estadual)	A escola deverá ser escolhida pelo CMDCA e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação O Grêmio deverá indicar seu representante
Representante do núcleo gestor de uma escola estadual	A escola deverá ser escolhida pelo CMDCA O núcleo gestor indicará um de seus membros
Representante não governamental de cada um dos conselhos setoriais de educação, saúde e assistência social	Indicação de cada conselho setorial
Rezador ou rezadeira	Indicação do CMDCA
Vereadores	Indicação da Câmara de Vereadores



O 1º FÓRUM COMUNITÁRIO

O *1º Fórum Comunitário* é o momento em que os cidadãos e cidadãs participam efetivamente e em conjunto das definições de quais são as prioridades que seu município irá considerar nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. É neste momento que a comunidade sugere e discute as melhores soluções para os principais problemas de seu município – e garante que estas propostas façam parte da estratégia de implementação das ações do Selo UNICEF.

O *1º Fórum Comunitário* é um importante marco da fase inicial do percurso do Selo UNICEF no município e deve ser realizado no primeiro semestre de 2018, entre os meses de março e junho, a depender da agenda de cada município. Após a adesão do município, articulações iniciais e primeiras capacitações, este encontro estimula a participação da comunidade na definição das prioridades do município para as políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes

e o planejamento das atividades relacionadas ao Selo UNICEF dali em diante. Durante o 1º Fórum Comunitário, o município:

- a.** Envolve a comunidade para identificar os principais problemas relativos à situação das crianças e adolescentes do município, com base nos indicadores oficiais e no diagnóstico participativo;
- b.** Discute sobre as causas destes problemas e sobre ideias e sugestões de como resolvê-los;
- c.** Apresenta à população o(a) Articulador(a) Municipal do Selo UNICEF, a Comissão Intersetorial pelos Direitos da Infância e Adolescência e o(a) Mobilizador(a) de Adolescentes e Jovens;
- d.** Participa da decisão sobre o que é prioridade e quais são os próximos passos nas políticas públicas municipais para resolver estes problemas, considerando os objetivos do Selo UNICEF.



A intenção central deste Fórum é que a **população do município possa conhecer os seus direitos e vivenciar o direito de participação social.**

De maneira coletiva, os participantes deste Fórum contribuem para um levantamento inicial de informações sobre a situação das crianças e adolescentes no município, analisando quais são os obstáculos ou gargalos que limitam a garantia de seus direitos. Dentre os aspectos a serem avaliados, estão: orçamento municipal, legislação,

infraestrutura, disponibilidade de serviços, práticas culturais e sociais, entre outros. A partir dessa análise, **os participantes têm a oportunidade de serem ouvidos sobre suas opiniões e sugestões, de modo que essas contribuições sejam efetivamente incorporadas às iniciativas propostas na política municipal** e concretizadas no Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Se, por exemplo, um município não tem 100% das crianças na escola, é preciso saber o porquê: o que está limitando o seu direito à educação?



Qual é a verdadeira razão para que eles não estejam na escola? Tem transporte escolar? Tem alimentação? O professor é qualificado? Tem material didático? Dentre os elementos analisados, um gargalo pode ser a logística requerida para o transporte escolar. Em muitos municípios, as Prefeituras encontram dificuldade de disponibilizar ônibus ou barcos, seja pelas distâncias, seja por problemas orçamentários. Assim, a partir dessa reflexão, será possível pensar em estratégias para lidar com este desafio, que serão detalhadas posteriormente na construção do Plano de Ação que o município implementará. Este é apenas um exemplo sobre a discussão que pode ser realizada para que os participantes do Fórum

contribuam com o olhar de quem está mais próximo da realidade e das situações que necessitam de atenção nos próximos anos. Reflexões similares podem ser propostas para temas relacionados às áreas da saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Para que a participação social seja efetiva, é necessário que sejam criadas condições para isso, que vão desde as formas de mobilização dos diferentes grupos da sociedade até a proposição de atividades durante o encontro que tenham caráter dialogado e lúdico.

Neste processo, é essencial a **utilização de linguagem simples e acessível em todas as etapas**. As próximas seções detalham dicas e sugestões que contribuem para isso.



PREPARAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

O trabalho de preparação e organização do 1o Fórum Comunitário precisa acontecer simultaneamente à mobilização do município para participação no encontro. Assim, enquanto um grupo distribui os convites e mobiliza as pessoas, outro cuida da organização, tomando providências para que tudo esteja pronto e seja pensado de forma a garantir a participação efetiva do público envolvido.

Os participantes precisam ter clareza que este Fórum é um espaço de construção coletiva e que todos e todas têm o direito de se colocar e contribuir para um olhar apurado da realidade e para um planejamento relevante para as ações futuras do município. O modo como o convite é feito pode atrair ou afastar algumas pessoas que não estão acostumadas a ocuparem espaços como este; por isso, neste momento de mobilização dos convidados, é muito importante que se ressalte o significado da participação do máximo de pessoas envolvidas com a garantia de direitos e a importância da participação diversa para que o município avance em políticas públicas de qualidade no cuidado das crianças e adolescentes.

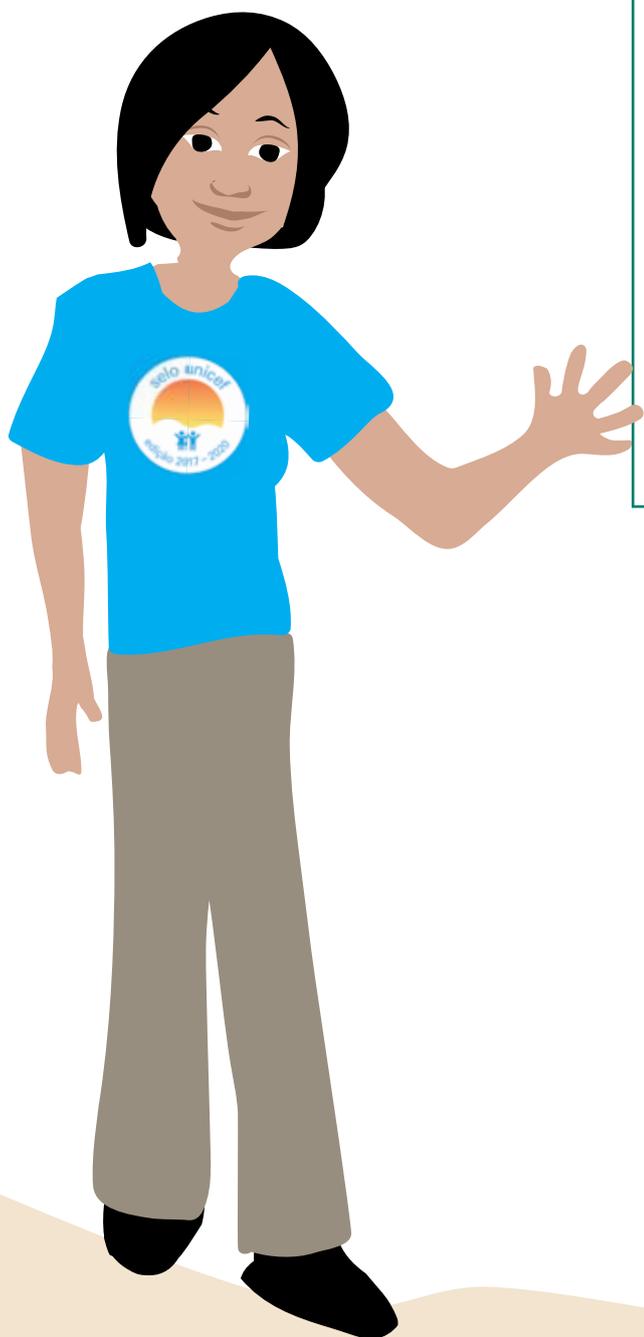
Dentre os grupos mobilizados, o engajamento de adolescentes é fundamental. Afinal para eles e elas (junto com as crianças) que as políticas públicas serão pensadas. A participação efetiva de adolescentes abre espaço para que coloquem suas percepções sobre como recebem e observam os serviços no município e descubram e exercitem a cidadania e a participação social.

O ideal é que o preparo comece com antecedência em relação à data marcada e que envolva todas as pessoas que têm compromisso e responsabilidade com a melhoria das condições de vida das crianças e dos adolescentes. Agregando mais gente, as tarefas ficam bem distribuídas e mais leves para todos. Por isso, é aconselhável organizar as atividades de acordo com a disponibilidade de cada um.



ESSA ETAPA EXIGE:

- Definição da equipe de organização, data e local onde ocorrerá o encontro;
- Definição e providências relativas aos materiais e equipamentos que serão necessários;
- Comunicar com antecedência a data agendada para o Fórum ao UNICEF e/ou parceiros locais, regionais e estaduais;
- Ampla divulgação do Fórum via formas diversas, convite e mobilização da comunidade;
- Escolha do facilitador do encontro e dos Grupos de Trabalho.



Esse processo precisa contar com o envolvimento e a participação de todos, do Articulador, dos integrantes do CMDCA e da Comissão Intersectorial. Juntos, precisam definir quem será o grupo responsável por planejar todas as atividades necessárias para a realização do Fórum. Todos terão de decidir e compartilhar as informações sobre as providências necessárias para **garantir a presença de no mínimo 55 participantes** (número mínimo que torna possível contar com pelo menos 5 pessoas em cada um dos 11 Grupos de Trabalho) no 1º Fórum Comunitário.

Na **Dica 1** no final deste material, segue uma sugestão de passo a passo para a preparação do 1º Fórum Comunitário.

IMPORTANTE

- ❑ Fixar prazos para o cumprimento das tarefas, dividir responsabilidades, definir e buscar os resultados esperados.
- ❑ Registrar a experiência do Fórum por meio de fotos, vídeos e textos, que poderão ser usados para divulgar a iniciativa em meios de comunicação.
- ❑ Envolver os comunicadores locais nas ações do Selo UNICEF e em todas as etapas do Fórum. É importante que se utilize os diferentes meios de comunicação (emissoras de TV e rádios comerciais e comunitárias, jornais, revistas, sites, blogs e redes sociais) para divulgação, a fim de atingir e mobilizar os diferentes grupos da sociedade, por meio de estratégias diversas e complementares. Recomenda-se o uso de murais, carros de som, faixas e cartazes em locais de grande circulação, como escola, posto de saúde, mercadinhos e igrejas. Visitas a escolas podem ajudar a mobilizar estudantes, suas famílias e toda a comunidade escolar.

Alguns cuidados e orientações para que o 1º Fórum Comunitário aconteça de maneira organizada e produtiva:

- ❑ O suporte da Prefeitura é fundamental para garantir a presença dos representantes das comunidades mais distantes.
- ❑ Para que de fato aconteça uma mobilização diversa, é preciso identificar os diferentes segmentos da população que deverão participar do Fórum e quais são seus legítimos representantes. É preciso mapear todos os lugares: vilas, povoados, aldeias, distritos e organizações da sociedade, como colônias, assentamentos, associações, cooperativas, grêmios escolares e sindicatos. A lista de convidados deverá expressar a diversidade social do município, incluindo comunidades ribeirinhas, indígenas, assentadas e quilombolas.
- ❑ Também devem ser convidados os integrantes dos vários conselhos municipais e os representantes dos poderes públicos, como secretários municipais, promotor e defensor público, juiz de Direito, delegado de polícia e vereadores.
- ❑ A Dica 7, no final deste Guia, traz a recomendação de representantes de grupos da população que devem ser convidadas.
- ❑ Uma estratégia pode ser o envio de convites por escrito, em papel timbrado do CMDCA, com pelo

menos 10 dias de antecedência do encontro. O texto do convite deve ressaltar a importância do encontro e indicar local, data e horário do Fórum.

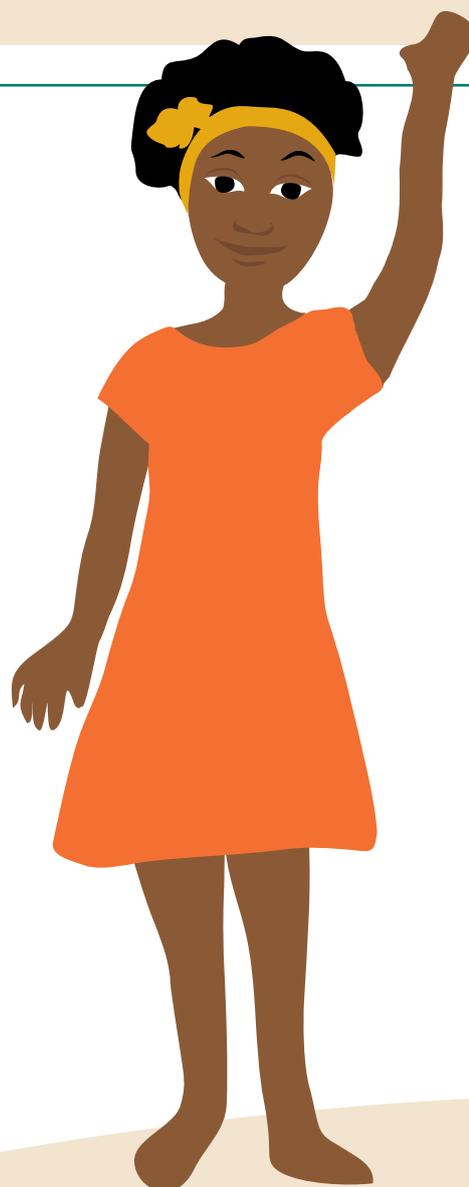
- Por vezes, é importante reforçar, individualmente, o convite por telefone ou por meio de visita presencial a cada um dos convidados.

Aprofundamento do diagnóstico da situação de crianças e adolescentes do município

Previamente à realização do 1º Fórum Comunitário, os integrantes do CMDCA, o(a) Articulador(a) Municipal e os membros da Comissão Intersetorial têm a responsabilidade de fazer a análise da Linha de Base enviada pela equipe do UNICEF referente aos dados oficiais da situação de crianças e adolescentes do município. Este será o ponto de partida para o debate com os representantes da comunidade e do poder público que participarão do 1º Fórum Comunitário e para a construção do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes para a Proteção Integral das Crianças e Adolescentes.

ORIENTAÇÃO

Um modelo para a elaboração do *Diagnóstico da situação das crianças e adolescentes do município* está disponível no site www.selounicef.org.br/guia-de-foruns





A equipe responsável pela análise do diagnóstico deve agendar reuniões para preparar um documento, identificando os principais desafios do município. A Linha de Base recebida pelo município se estrutura com indicações nas cores verde e vermelho sinalizando a situação atual dos indicadores sociais e econômicos: aqueles que estão indicados em vermelho mostram onde o município está abaixo da média de seu grupo e, assim, terá que depositar mais forças para transformá-los. E a cor verde indica que aquele indicador

está na média ou acima da média de seu grupo. A seguir, a sugestão de passo a passo para a organização do diagnóstico base que será apresentado no 1º Fórum Comunitário:

1º passo: Análise do conjunto de indicadores sociais definidos no Guia Metodológico do Selo UNICEF para avaliação do desempenho do município na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a partir da Linha de Base de Indicadores de Impacto Social, organizada e enviada pelo UNICEF.

2º passo: Levantamento de dados complementares (por sede e distritos) sobre a população de 0 a 18 anos incompletos do município que tenham relação com as temáticas trabalhadas no Selo UNICEF e que sejam levantados pelas secretarias municipais e outros órgãos/sistemas para agregar à análise do diagnóstico – de acordo com a necessidade, disponibilidade e interesse de cada município. Também é interessante identificar os projetos, programas e políticas públicas voltadas a esse público disponíveis no município – incluindo equipamentos públicos e serviços de atendimento oferecidos por organizações da sociedade civil, como, por exemplo, associações, coletivos, pastoral da criança, entre outras. Convém, ainda, identificar, nos planos municipais setoriais (das áreas de saúde, educação e assistência social), as ações relacionadas com a atenção à criança e ao adolescente. Esta análise vai ajudar a construir caminhos para que os objetivos

prioritários sejam cumpridos e contribuam para melhorar de fato a realidade local.

3º passo: Análise crítica de fatores geradores de desigualdade no acesso aos direitos, tais como: gênero, raça e etnia, idade, renda, condição pessoal e território. Ou seja, na análise, é preciso levar em conta se as crianças e adolescentes são: meninas ou meninos; negros, indígenas ou brancos; qual o seu momento de vida; se vivem em famílias pobres; se possuem algum tipo de deficiência; ou qual o seu local de moradia (periferias urbanas, zona rural, comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas).

Essa análise diagnóstica preliminar deve ser sintetizada em uma apresentação breve, que será realizada no 1º Fórum Comunitário como disparador para que os participantes reflitam sobre a situação da infância e adolescência no município naquele momento e sugiram propostas para melhorá-la.

DICA 3: CONTEÚDO DEVE SER ATRATIVO

- O uso de mapas facilita a visualização da distribuição espacial das políticas públicas e crianças e adolescentes. Os mapas podem ser obtidos nas Prefeituras, companhias de eletricidade e/ou água e no site www.googleearth.com (o recurso “MyMaps” permite fincar alfinetes em locais específicos de interesse);
- A apresentação do diagnóstico para os participantes do 1º Fórum Comunitário deve ser atrativa e objetiva. A pessoa escolhida para apresentar o diagnóstico precisa conhecer bem o conteúdo e falar de forma simples e direta.

REALIZAÇÃO

Os debates do 1º Fórum Comunitário devem ser realizados em um único dia. Por essa razão, é importante que os horários sejam respeitados e o tempo disponível aproveitado ao máximo. Sugere-se que o encontro tenha o período da manhã para atividade ampliada com os participantes e o período da tarde utilizado para sistematização e construção do Plano de Ação com um grupo menor e mais estratégico de pessoas. Na Dica 2, encontra-se uma proposta de agenda para a estruturação deste dia de trabalho e, a seguir, um roteiro sucinto descrevendo as atividades sugeridas para o 1º Fórum Comunitário.

1

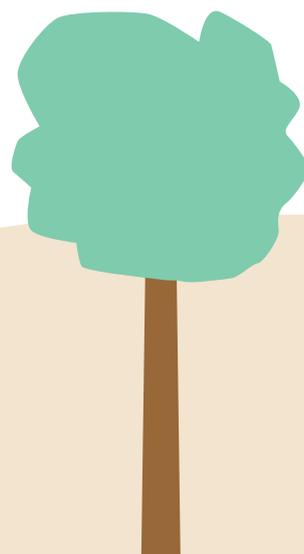
Acolhimento: ao chegar ao local do encontro, cada pessoa deverá preencher a ficha de inscrição e assinar a lista de presença (modelos de ambas se encontram nos Anexos 1 e 2). Também, para facilitar a posterior divisão e diversidade dos Grupos de Trabalho, sugere-se que neste momento seja entregue uma ficha com um número de 1 a 11 (pois o Fórum contará com 11 grupos). É importante que os participantes sejam acolhidos por pessoas da organização do Fórum, disponíveis para recebê-los e dar-lhes as boas-vindas. Oferecer um lanche no início da manhã também pode contribuir para que todos se sintam mais à vontade neste momento inicial.

2

Abertura do encontro: sugere-se que este seja um momento simples e que tenha como intenção recepcionar o público do encontro e “esquentar” a conversa. Assim, mais do que um momento formal e protocolar, é importante que esta atividade tenha caráter de sensibilização e mobilização dos participantes.

3

Apresentação da metodologia: o(a) facilitador(a) do encontro deve apresentar para os participantes a Comissão Intersetorial ou a equipe que lidera a realização do Selo UNICEF no município. Em seguida, explica a metodologia, os objetivos e a importância do 1º Fórum Comunitário, esclarecendo que ele é um espaço de participação social de extrema importância para guiar a políticas públicas relacionadas à garantia de direitos da criança e do adolescente nos próximos anos. Informa também sobre a realização da Reunião Intermediária de Acompanhamento, que ocorrerá em 2019, e do 2º Fórum Comunitário em 2020.





4

Apresentação do diagnóstico:

recomenda-se a apresentação do diagnóstico da situação de crianças e adolescentes do município, elaborado a partir da Linha de Base disponibilizada pelo UNICEF e reflexões feitas previamente ao encontro. É importante que esta apresentação traga os principais desafios do município para a conquista dos objetivos do Selo UNICEF. Como mencionado, é fundamental que se utilize linguagem simples e direta, para que todos os participantes possam compreender o que está sendo apresentado. Sugestões de como realizar essa apresentação de forma lúdica, a fim de ampliar a participação social, podem ser encontradas na Dica 3.

5

Grupos de trabalho:

os participantes são divididos, de acordo com as fichas que receberam ao chegar no Fórum, em 11 Grupos de Trabalho (GT), com no mínimo 5 pessoas cada, contando com um(a) facilitador(a) e um(a) relator(a). Para que a reflexão possa ser aprofundada, sugere-se que o facilitador(a) seja da área de conhecimento relacionada com o aquele grupo e que as discussões ocupem até 3 horas na agenda do encontro. É importante que seja formado ao menos um GT com adolescentes, que podem ser acompanhados por um adulto que assume o papel de facilitador(a) e outro de relator(a). Se o número de adolescentes for grande, é possível formar mais grupos de adolescentes, bem como eles fazerem parte dos outros GTs, sendo ressaltada a importância de espaço para que coloquem suas percepções.

A proposta é que cada GT reflita sobre as percepções que seus participantes possuem em relação à temática associada a cada um dos 11 indicadores que compõem a metodologia do Selo UNICEF. Também se espera que o grupo apresente ideias sobre como o município pode se organizar para melhorar às situações críticas. O Anexo 5 traz fichas relacionadas a cada um dos 11 indicadores de impacto e perguntas disparadoras para a conversa com

os grupos. Este instrumento pode orientar o(a) facilitador(a) na condução do diálogo com cada grupo e também possuem espaços para que os principais pontos levantados sejam registrados (o que será fundamental para a posterior elaboração do Plano de Ação).

Os 11 Grupos de Trabalho (GT) se referem a cada um dos 11 Indicadores de Impacto Social do Selo UNICEF e serão, portanto, divididos conforme os temas abaixo:

OS GRUPOS DE TRABALHO

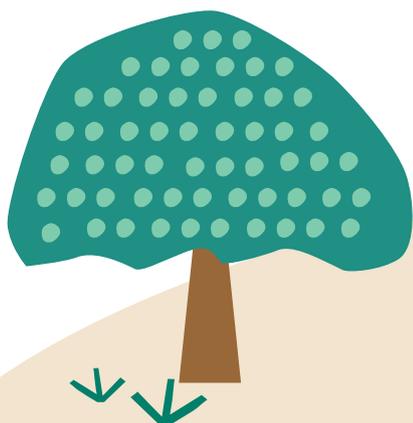
- ❑ **GT 1: DIREITO AO REGISTRO CIVIL** – % de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos
- ❑ **GT 2: EVASÃO ESCOLAR** – Taxa de abandono no Ensino Fundamental
- ❑ **GT3: PROGRAMAS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS** – % de crianças beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola
- ❑ **GT 4: ALIMENTAÇÃO INFANTIL** – % de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade
- ❑ **GT 5: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA** – % de nascidos vivos de mulheres com idade entre 10 a 14 anos
- ❑ **GT 6: PRÉ-NATAL** – % de gestantes com sífilis realizando tratamento adequado
- ❑ **GT 7: ÓBITO MATERNO** – % de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados
- ❑ **GT 8: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO** – Distorção idade-série nos anos finais (5° a 9° ano) do Ensino Fundamental da rede municipal
- ❑ **GT 9: DIREITO À VIDA** – % de óbitos infantis investigados
- ❑ **GT 10: VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE** – Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas
- ❑ **GT 11: PROTAGONISMO JUVENIL** – % de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral



É fundamental que os GTs sejam desenvolvidos em formatos leves, dialogados e lúdicos para esta atividade. Cada município pode pensar em estratégias que julgar mais pertinentes para isso.

O(A) facilitador(a) de cada grupo será responsável por, na medida que a discussão for acontecendo, trazer para a reflexão também os fatores geradores de desigualdade

(gênero, raça e etnia, idade, renda, condição pessoal e território), para que os participantes dos grupos possam agregá-los à leitura crítica da situação de crianças e adolescentes do município. O(A) relator(a) será responsável por sistematizar a discussão do grupo, fazendo o registro das principais ideias, leituras e apontamentos, o que será de extrema importância para a construção do futuro Plano de Ação.



6

Mercado de ideias: após os 40 minutos de debate desse primeiro momento dos GTs, o(a) facilitador(a) e relator(a) de cada grupo fazem um rodízio para outro GT, de modo que possam apresentar os resultados dos debates do grupo inicial referente àquele indicador e complementar com as contribuições do grupo seguinte (ver Anexo 4). Este rodízio permite que mais pessoas contribuam com propostas, assim como complementem o olhar sobre a realidade do município. Para o bom funcionamento dessa dinâmica, a sugestão é que facilitador(a) e relator(a) avancem para o GT de número seguinte.

Este segundo momento de discussão contará com a organização do(a) facilitador(a) e relator(a), que se mudam para o grupo seguinte. A proposta é que, nessa nova rodada, as contribuições avancem e sejam complementadas; para isso, o facilitador(a) e relator(a)as deverão apresentar uma breve síntese do que foi discutido na primeira rodada. A partir da discussão inicial, os novos participantes trarão suas contribuições com novos olhares e ideias. Essa etapa também deve contar com os questionamentos do(a) facilitador(a) e ser registrada pelo(a) relator(a). Sugere-se destinar até 20 minutos para essa segunda rodada.

7

Apresentação Cultural: para que o Fórum também proporcione um espaço cultural para os participantes, sugere-se que após os dois momentos de trabalho dos GTs haja uma apresentação cultural de algum grupo local. Esta é uma forma de valorizar a arte desenvolvida no município e também propiciar descontração pós discussão das temáticas. É possível convidar para esse momento um grupo de dança, teatro ou música ou, ainda, criar um espaço para que se recite poesias. A escolha virá a partir da criatividade e possibilidades de cada município. O momento também servirá para que cada facilitador(a) e relator(a) tenha tempo para sistematizar as produções dos GTs para se preparar para a roda de conversa final. Cada GT deverá apresentar os resultados em até 4 minutos.

8

Compartilhando: cada grupo, representado pelo(a) facilitador(a) ou relator(a), irá contar em até 4 minutos um resumo das discussões e apresentar as sugestões definidas como prioritárias para o avanço da situação atual do município na temática abordada pelo GT. É importante que todos consigam escutar o que está sendo apresentado e também para que se respeite o tempo estipulado para cada um, garantindo-se que todos os GTs sejam ouvidos. Além da apresentação, cada GT deverá ter sua discussão registrada

em tópicos para entregar aos organizadores do Fórum Comunitário. As consolidações das anotações são um importante instrumento que, no período da tarde, serão utilizadas na construção do Plano de Ação.

9

Encerramento: O(A) facilitador(a) do Fórum deve reforçar a importância da participação de todos e todas que estiveram presentes e anunciar os próximos passos para a elaboração do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.

10

Reunião da Comissão Intersetorial: logo após o encerramento dos trabalhos da manhã do 1º Fórum Comunitário, sugere-se uma pausa para o almoço e retorno do grupo que coordenou a organização do encontro e dos integrantes da Comissão Intersetorial para uma reunião de sistematização dos trabalhos e consolidação da produção no Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes – um modelo para este Plano se encontra na Dica 4.



DICA 4: COMO SISTEMATIZAR A REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL

- Definir papéis:
Quem será o redator?
Quem consolidará os materiais de todos os Grupos de Trabalho em um só?
Quem ficará responsável por incluir esse material no Plano de Ação?
Quem ficará responsável por consolidar a lista de presença?
Quem ficará responsável por enviar essa documentação ao UNICEF depois do Fórum?
- Definir dinâmica (se será usada lousa, post-its, trabalho em grupo etc.);
- Como negociar as ações com os responsáveis e definir prazos;
- Definir como as recomendações dos Grupos de Trabalho, ao ser incluídas no Plano de Ação, se relacionam com as Ações de Validação do Selo UNICEF.



DICA 5: SUGESTÃO DE AGENDA PARA O 1º FÓRUM COMUNITÁRIO

8h	Acolhimento	Os participantes preenchem a ficha de inscrição e lista de presença ao chegar e recebem uma ficha para posterior divisão do GT.
8h30	Abertura do 1º Fórum Comunitário	Momento de sensibilização e mobilização dos presentes para efetiva participação.
8h45	Apresentação da metodologia do Selo UNICEF	Apresentação dos envolvidos no Selo UNICEF, processo proposto ao longo do ciclo e objetivos.
9h	Apresentação do diagnóstico	Apresentação do diagnóstico organizado antecipadamente pela equipe responsável pelo Selo UNICEF no município.
9h30	Grupos de trabalho (GT)	Formação de 11 GTs, com no mínimo 5 pessoas em cada um, incluindo um(a) facilitador(a) e um(a) relator(a) por grupo.
10h10	Mercado de ideias	Rodízio de grupos para contribuição e complementação do olhar e sugestões. Ver Anexo 4.
12h30	Apresentação cultural	Apresentação cultural de grupo local.
13h	Compartilhando	Apresentação dos principais pontos discutidos em cada GT pelo(a) facilitador(a) ou relator(a). Cada grupo terá 4 minutos para compartilhar com todos os presentes os pontos críticos e sugestões discutidas.
13h20	Encerramento	Encerra-se a participação do público em geral.
15h	Reunião para construção do Plano de Ação	Reunião com o grupo que coordenou o Fórum e dos integrantes da Comissão Intersetorial para sistematização e consolidação da produção do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.



COMPROVAÇÃO

É fundamental que os documentos enviados ao UNICEF comprovem que este Fórum garantiu uma efetiva participação da sociedade na análise da situação da infância e adolescência no município e que as contribuições levantadas pelos participantes foram de fato consideradas na elaboração do Plano de Ação.

Os documentos que devem expressar isso são:

1

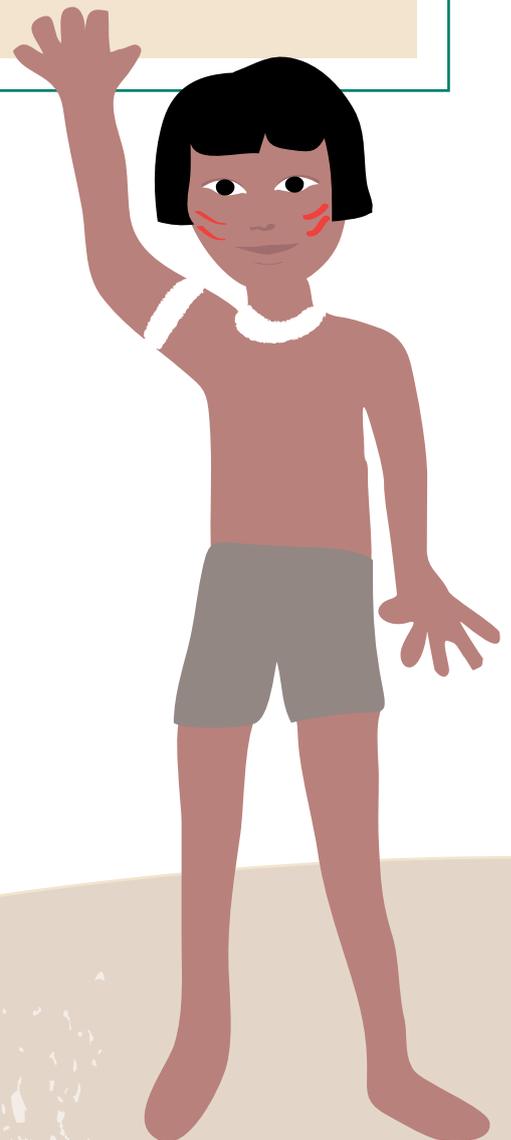
Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes: abrange os indicadores de impacto e os Resultados Sistêmicos do Selo UNICEF, incluindo a definição dos responsáveis pelas ações, recomendações e conclusões dos 11 GTs (ver modelo sugerido no Anexo 3).

2

Lista de presença: constando o conteúdo preenchido pelos participantes e o consolidado de informações sobre a participação no 1º Fórum Comunitário, conforme indicado no Anexo 2.

PRAZO

Os documentos comprobatórios devem ser postados na Plataforma do Selo UNICEF até o dia 30/09/2018.



DICA 6: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes inclui a identificação e sistematização de um conjunto de ações e procedimentos necessários para o alcance de objetivos determinados, pois planejar significa pensar antes de fazer. Para tanto, é preciso identificar instrumentos para a construção e o acompanhamento do Plano de Ação, garantindo abertura para possíveis correções e ajustes ao longo do processo. O método escolhido para isso deve estar voltado a organizar e colocar em prática um Plano de Ação, centrado no alcance dos resultados a baseado em informações necessárias para se fazer um mapeamento detalhado de todas as suas atividades.

A proposta é que se trabalhe a partir dos indicadores de impacto prioritários analisados na Linha de Base enviada pelo UNICEF, desenvolvendo-se um fluxo de raciocínio que inclua os seguintes elementos: impactos desejados; situação atual do município; o que se espera alcançar até 2020; ações a serem investidas; prazos; envolvidos; e responsáveis pelo cumprimento de tais ações. Ao organizar a proposta de atuação a partir dessa lógica, o município terá a possibilidade de monitorar as ações que estão sendo ou não realizadas, permitindo que ajustes e novas considerações sejam feitas no decorrer do processo – inclusive na Reunião Intermediária de Acompanhamento.

Para ilustrar o preenchimento do modelo proposto, seguem dois exemplos:

1. O indicador “% de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos” está na Linha de Base indicado como vermelho e, no 1º Fórum Comunitário, a população manifestou insatisfação em relação à facilidade e gratuidade para o registro dos recém-nascidos e emissão da 2ª via de documentos civis. Uma das causas apontadas no Fórum foi o efeito cascata que existe de pais que possuem dificuldades para recuperar documentos perdidos e, portanto, não conseguem registrar seus filhos. O impacto que se espera alcançar priorizando ações neste sentido será que meninos e meninas mais excluído se beneficiem de políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participem ativamente em processos de tomada de decisão. O resultado esperado até 2020 é a seguridade de registro civil de nascimento a todas as crianças e adolescentes.

Para isso, o município criará um modelo de encaminhamento para os familiares ao cartório parceiro, assegurando a gratuidade para as famílias em vulnerabilidade social e a ação será executada durante todo o período do Selo UNICEF. Os envolvidos nesta ação serão os profissionais da maternidade, as equipes de estratégia de saúde da família e a equipe do cartório parceiro do município. A responsabilidade do acompanhamento desta ação será de uma técnica da secretaria de saúde.

2. O indicador “taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas” está na Linha de Base indicado como verde, porém, no 1º Fórum Comunitário, a população reconhece que estratégias relacionadas à prevenção da violência devem ser reforçadas e, para que o município não decline neste indicador, serão criadas ações nesse sentido. Algumas das causas levantadas no Fórum Comunitário estavam relacionadas ao olhar naturalizado da população em relação ao trabalho infantil, além da deficiência no acompanhamento de casos de violência. O impacto esperado ao priorizar ações neste aspecto é construir um sistema de proteção capaz de prevenir e responder à violência contra crianças e adolescentes. Para isso, os atores sociais vão implementar serviços integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no município. O prazo para implementação deste programa é de 1 ano. Os atores sociais envolvidos serão secretários e equipes da assistência social, saúde e educação, sendo de responsabilidade da secretaria de assistência social gerenciar e monitorar a ação.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados para ilustrar o exercício de construção deste Plano de Ação, porém o que é primordial ressaltar é que este processo deve contemplar a metodologia proposta no Selo UNICEF, ter em vista os resultados que almejam alcançar, priorizar os indicadores de impacto que necessitam de mais atenção e, acima de tudo, considerar as contribuições trazidas pela população durante o 1º Fórum Comunitário. Destaca-se que cada município avaliará quais são as prioridades de sua realidade e, a partir delas, definirá seu Plano de Ação. Sendo assim, segue abaixo um modelo que orienta sua organização.

RESUMINDO

1º FÓRUM COMUNITÁRIO	
OBJETIVOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envolver a comunidade para identificar os principais problemas relativos à situação das crianças e adolescentes do município, com base nos indicadores oficiais e no diagnóstico participativo; 2. Discutir sobre as causas destes problemas e sobre ideias e sugestões de como resolvê-los; 3. Apresentar à população o(a) Articulador(a) Municipal do Selo UNICEF, a Comissão Intersetorial pelos Direitos da Infância e Adolescência e o(a) Mobilizador(a) de Adolescentes e Jovens; 4. Participar da decisão sobre o que é prioridade e quais são os próximos passos nas políticas públicas municipais para resolver estes problemas, considerando os objetivos do Selo UNICEF.
POR QUÊ?	A comunidade precisa ser ouvida e envolvida na elaboração do Plano de Ação do município para garantir, no contexto do Selo UNICEF, que as políticas públicas voltas às crianças e adolescentes sejam desenvolvidas com qualidade e reflitam os anseios dos cidadãos.
QUANDO?	Primeiro semestre de 2018.
ONDE?	Pode ser um clube, associação, escola, ou outro espaço que se julgue adequado.
QUEM?	<p>O CMDCA, com apoio do(a) Articulador(a) Municipal, da Comissão Intersetorial e do núcleo de cidadania de adolescentes.</p> <p>Deverão participar, no mínimo, 55 pessoas (para garantir pelo menos 5 pessoas em cada um dos 11 Grupos de Trabalho). É preciso que a relação de participantes garanta a representatividade da diversidade encontrada no município.</p>
COMO?	<p>De maneira lúdica, didática e engajadora, o município deve fazer com que um cidadão comum entenda a relação entre indicadores, resultados, políticas públicas, direitos e o território onde vive.</p> <p>O 1º Fórum Comunitário inclui uma atividade ampliada no período da manhã (4 horas) e uma reunião de sistematização das questões levantadas e construção do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, a ser realizada no período da tarde (4 horas de duração).</p>
PRODUTOS	<p>Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.</p> <p>Lista de presença dos participantes.</p>



REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO

A *Reunião Intermediária de Acompanhamento* é um momento de reflexão sobre o percurso do Selo UNICEF, uma parada para que os diversos atores envolvidos monitorem e avaliem os avanços que estão sendo alcançados no município. Nessa reunião, que deve acontecer entre março e junho de 2019, será importante **analisar a evolução dos indicadores em relação ao panorama inicial apresentado no 1º Fórum Comunitário e informações sobre a implementação das ações e iniciativas previstas no Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes**, a partir do Relatório de Meio-Período que será enviado pelo UNICEF e dos relatórios municipais de implementação do Plano de Ação.

Este é um momento importante de **avaliação intermediária, que permite analisar se o que foi proposto está de fato sendo realizado e fazer ajustes e adequações ao longo do**

percurso de trabalho, potencializando as possibilidades de alcance de resultados do Selo UNICEF. Se trata de um exercício envolvendo três importantes documentos: a Linha de Base enviada no primeiro período do Selo UNICEF, o Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes construído a partir do 1º Fórum Comunitário e o Relatório de Meio-Período enviado pelo UNICEF.

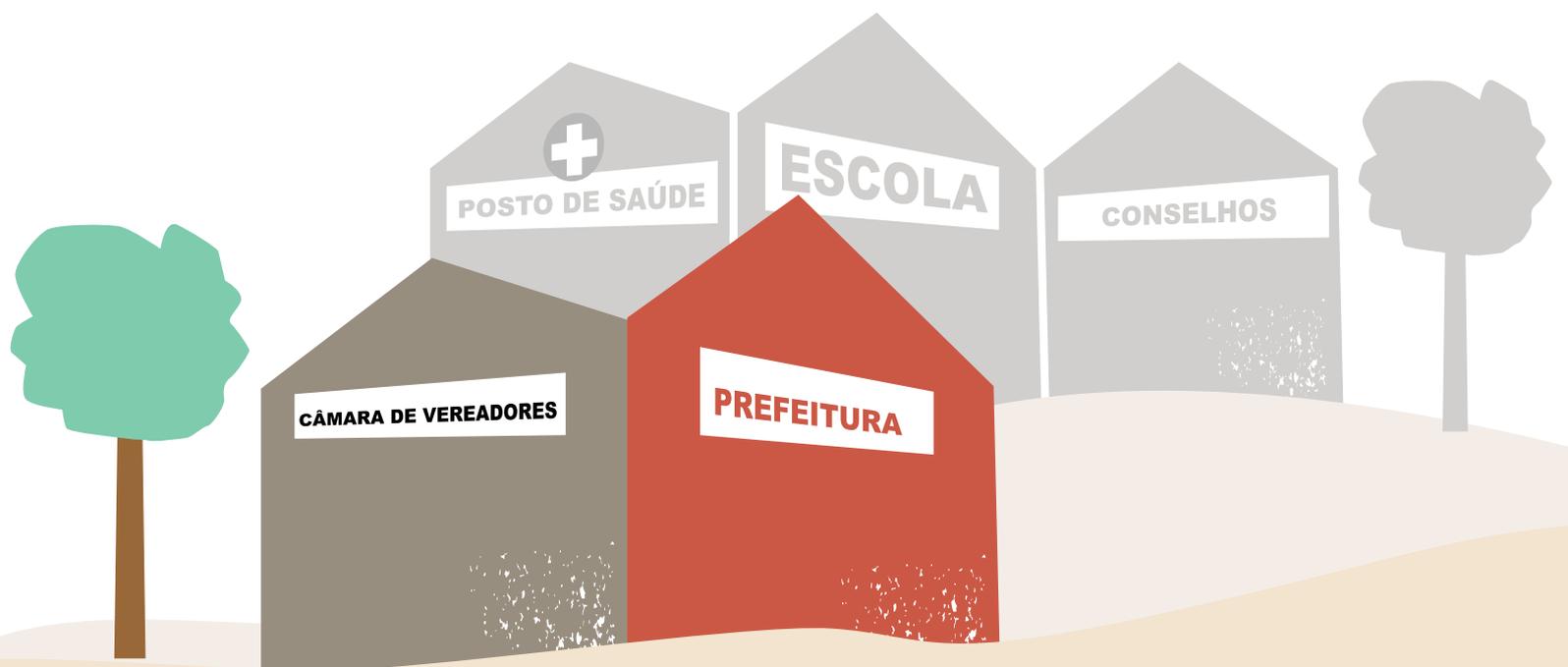
Assim, é importante **analisar as escolhas que estão dando certo no município e também as que podem ser aperfeiçoadas, refletindo-se sobre os motivos dos sucessos e desafios de cada iniciativa realizada.** Com isso, é possível repensar as ações que estão por vir, ajustando as formas de planejamento e implementação das atividades, organização das tarefas, mobilização da comunidade, articulação entre as secretarias, envolvimento dos adolescentes e comunicação das iniciativas.

Sugere-se que esta reunião esteja **voltada ao comprometimento público de atores relevantes à realização do Selo UNICEF** – como o(a) prefeito(a), secretários(as) municipais, vereadores, Comissão Intersetorial e CMDCA. Mesmo considerando o caráter reduzido espera-se que algumas lideranças relevantes e adolescentes que estejam engajados no processo também participem deste momento.

A Reunião Intermediária de Acompanhamento compõe um Resultado Sistêmico obrigatório para obtenção do Selo UNICEF. Cada município tem autonomia para elaborar o melhor formato para este encontro. Recomenda-se que ela tenha duração mínima de quatro

horas (mas pode ser mais longa, o importante é ter a duração necessária para assegurar bons resultados), que seja um momento formal e organizado previamente e que resulte em uma avaliação sobre os avanços e desafios enfrentados até o momento.

Para isso, é possível que cada município escolha um formato diferente para realização dessa atividade: pode ser realizada uma reunião extraordinária do CMDCA ou da Comissão Intersetorial que tenha como pauta exclusiva o acompanhamento do Selo UNICEF, uma audiência pública na Câmara de Vereadores ou outros formatos que pareçam mais adequados para os responsáveis pela gestão do Selo UNICEF no município.



PREPARAÇÃO

Para que uma análise efetiva aconteça nesta reunião, há que se investir em um momento de preparação que reúna todas as informações possíveis sobre o andamento das Ações de Validação do Selo UNICEF. O(A) Articulador(a) Municipal, com apoio da Comissão Intersetorial, deverá sistematizar o que já aconteceu no município no âmbito do Selo UNICEF até então e preparar uma apresentação que dispare a conversa com os demais participantes da Reunião Intermediária de Acompanhamento. Segue a sugestão de passo a passo para a preparação:

1º passo: estudar o Relatório de Meio-Período enviado pela equipe do UNICEF.

2º passo: visitar a plataforma do Selo UNICEF e identificar todas as ações postadas e comprovadas pelo município até aquele momento.

3º passo: visitar o Plano de Ação e identificar quais Resultados Sistêmicos e Ações de Validação já foram contemplados e quais estavam previstos para serem cumpridos até o momento e ainda não foram.

4º passo: para cada ação de validação realizada, apontar quais foram os principais avanços e sucessos em sua realização.

5º passo: para cada ação de validação realizada, apontar quais foram os principais desafios em sua realização.

6º passo: para cada ação de validação que não foi realizada, mas deveria ter sido, apontar os desafios que envolveram a sua não realização dentro do prazo.

7º passo: preparar uma apresentação que evidencie as análises realizadas sobre este primeiro período da edição do Selo UNICEF.

REALIZAÇÃO

Esta reunião deve ter formato objetivo e a organização do tempo disponível é fundamental para que as informações essenciais sejam apresentadas e que os participantes possam realizar análises e reflexões de qualidade a partir delas. Para isso, na Dica 5 existe uma indicação de como este encontro pode ser estruturado e abaixo seguem algumas etapas importantes:

1

Apresentação feita pelo(a) Articulador(a) Municipal sobre o processo do Selo UNICEF no município nesta edição, que inclua:

a. Breve retomada do percurso geral do Selo UNICEF ao longo da edição 2017-2020, localizando o momento atual neste ciclo de trabalho;

- b.** Apresentação da evolução dos indicadores de impacto do Selo UNICEF, comparando a situação atual do município a partir do Relatório de Meio-Período com a Linha de Base (para os indicadores disponíveis neste momento);
- c.** Resgate dos principais objetivos e propostas do Plano de Ação;
- d.** Apresentação do balanço das Ações de Validação realizadas até o momento e dos pontos de sucesso e desafios envolvidos em sua realização. Algumas perguntas que podem guiar esta reflexão são: *o que foi feito? O que já foi alcançado? O que falta alcançar? O que falta fazer para isso?*

2

Olhando para frente: a partir dos aprendizados sobre o processo de trabalho percorrido na primeira metade da edição do Selo UNICEF, os participantes revisitam as ações previstas no Plano de Ação e as ainda pendentes e dialogam em torno da reorganização e dos ajustes para 2019 e 2020, com foco na revisão das ações prioritárias, dos responsáveis por cada uma delas e do cronograma

proposto. Assim, busca-se dialogar sobre: *Quais serão os próximos passos?* O que o município irá priorizar nos próximos 12 meses? É importante que o(a) Articulador(a) Municipal tenha um papel ativo nesta etapa, preocupado em expor com clareza a importância deste momento de revisão das rotas, o foco nas próximas atividades a serem realizadas no programa e assegurando que todos os elementos previstos na metodologia do Selo UNICEF sejam considerados.

3

Sistematização da reunião: uma ou duas pessoas devem ser designadas previamente como responsáveis pelo registro da reunião (essas pessoas podem ser membros da Comissão Intersetorial ou outros atores próximos à gestão do Selo UNICEF). Elas deverão registrar todas as colocações dos participantes. Após o término da reunião, os responsáveis pelo registro devem, junto com o(a) Articulador(a) Municipal, elaborar um relatório que sintetize a sua produção. Este documento pode ser apresentado em reunião da Comissão Intersetorial e aperfeiçoado a partir das contribuições de seus membros.

DICA 7: SUGESTÃO PARA ESTRUTURA DA REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DE AVALIAÇÃO

9h	Acolhimento	Apresentação de todos e todas os presentes.
9h10	Retomada	Apresentação de material preparado pelo(a) Articulador(a) Municipal sobre: o percurso do Selo UNICEF; a evolução dos indicadores de impacto; os principais objetivos e propostas do Plano de Ação; um balanço das Ações de Validação realizadas até o momento e dos pontos de sucesso e desafios envolvidos em sua realização.
9h40	Grupos de trabalho	<p>Formação de grupos de trabalho com objetivo de discutir os pontos críticos e suas possibilidades de ajustes. O(A) Articulador Municipal deverá já trazer em sua apresentação a indicação dos pontos que devem ser priorizados na discussão em grupos, com base nos componentes do Plano de Ação.</p> <p>A divisão dos grupos pode ter como critério a relação do perfil e ocupação das pessoas com os temas das ações críticas do Plano de Ação. O número de grupos e integrantes devem ser propostos pelo(a) Articulador(a).</p> <p>Assim, diante da apresentação realizada e indicação dos pontos críticos, os participantes dialogam em grupo em torno da reorganização e dos ajustes para 2019 e 2020. Algumas questões norteadoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> Quais ações prioritárias precisam ser revisadas? Qual é a proposta de ajuste? Quem serão os responsáveis? Qual será o novo prazo?
11h	Compartilhando	Os grupos de trabalho apresentam as propostas discutidas e as validam com os participantes. Todas as propostas apresentadas devem ser registradas para serem base dos ajustes do Plano de Ação.
12h	Encerramento	Ressalta-se a importância da participação dos presentes e propõem-se uma data para envio da versão atualizada do Plano de Ação, destacando o compromisso dos participantes compartilharem o conteúdo com os outros atores envolvidos no Selo UNICEF.



COMPROVAÇÃO

Os documentos comprobatórios da Reunião Intermediária de Acompanhamento devem comprovar que de fato houve a atualização do Plano de Ação com base na comparação entre a Linha de Base e o Relatório de Meio-Período. Os documentos que devem expressar isso são:

1

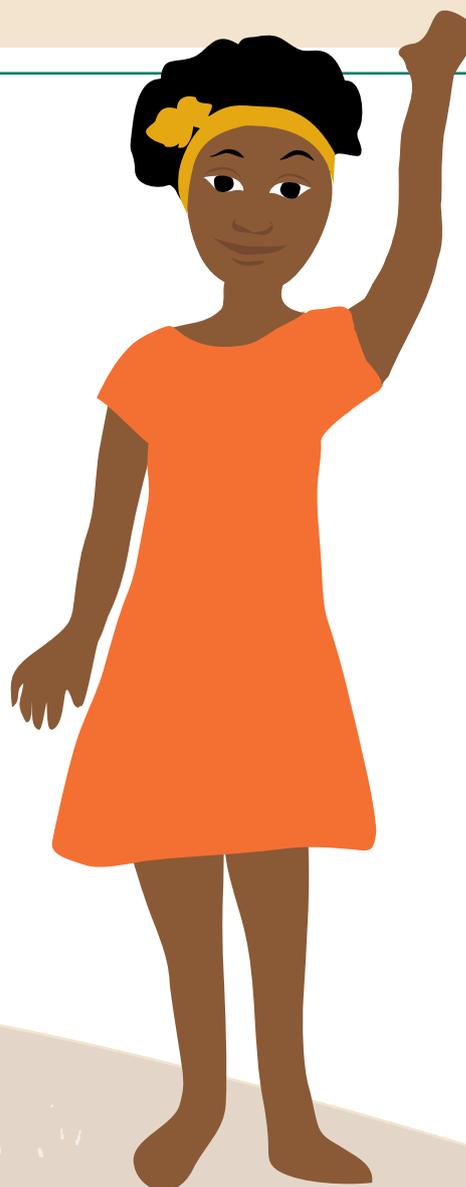
Atualização do Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes considerando as análises e ajustes levantados na Reunião.

2

Lista de presença constando o conteúdo preenchido pelos participantes, conforme indicado no Anexo 5.

PRAZO

**Os documentos
comprobatórios
devem ser
postados até o
dia 31/08/2019.**



RESUMINDO

REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DE ACOMPANHAMENTO

OBJETIVOS

1. Analisar a evolução dos indicadores em relação ao panorama inicial (Linha de Base) e informações sobre a implementação das ações e iniciativas previstas no Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, a partir do Relatório de Meio-Período.
2. Analisar as escolhas que vêm dando certo no município e também as que podem ser aperfeiçoadas, refletindo-se sobre os motivos dos sucessos e desafios de cada iniciativa realizada.
3. Analisar se o que foi proposto está de fato sendo realizado e fazer ajustes e adequações no Plano de Ação.

POR QUÊ?

Porque os atores que estão diretamente envolvidos com a gestão do Selo UNICEF necessitam de um espaço para realizarem ajustes de curso no Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes e refletirem sobre o andamento do processo do Selo UNICEF.

QUANDO?

Entre março e junho de 2019.

ONDE?

Em uma reunião que tenha como pauta exclusiva o acompanhamento do Selo UNICEF. O município deve indicar espaços que pareçam mais adequados para os responsáveis pela gestão do Selo UNICEF.

QUEM?

Atores relevantes que possuem comprometimento público à realização do Selo UNICEF – como o(a) Articulador(a), prefeito(a), secretários(as) municipais, vereadores, Comissão Intersetorial, CMDCA, lideranças comunitárias e adolescentes.

COMO?

Um momento formal e organizado previamente, com duração de cerca de 4 horas e que resulte em uma avaliação sobre os avanços e desafios enfrentados até o momento.

PRODUTOS

Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes atualizado conforme os pontos discutidos na reunião.

Lista de presença dos participantes (incluindo as informações consolidadas).



2º FÓRUM COMUNITÁRIO

O 2º Fórum Comunitário é o momento de **prestar contas do que foi executado a partir do Plano de Ação e sobre as desigualdades identificadas inicialmente, possibilitando que a comunidade, em um diálogo qualificado entre a população e os gestores públicos, perceba a evolução e os efeitos dessas políticas na vida das crianças e adolescentes do município.** É o espaço para comparar a situação do município entre o início do percurso do Selo UNICEF (indicado na Linha de Base) e o que foi sendo desenvolvido no decorrer dos anos. Esta comparação deve ser guiada pela avaliação do desempenho do município, com base na realização das Ações de Validação e nos Resultados Sistêmicos alcançados, considerando as prioridades definidas no Plano de Ação.

O 2º Fórum Comunitário deve ser um **espaço de transparência e devolutiva para a sociedade sobre aquilo que foi desenvolvido durante todo o**

percurso do Selo UNICEF, além de ser uma nova oportunidade de promoção de engajamento e participação dos cidadãos. A população como um todo deve saber dos avanços alcançados pelo município, assim como visualizar quais problemas persistiram, apesar dos esforços.

A coordenação e realização do 2º Fórum é uma responsabilidade do CMDCA, com o apoio do(a) Articulador(a) Municipal e da Comissão Intersetorial e, como no 1º Fórum, deve contar com a participação dos adolescentes do núcleo de cidadania de adolescentes. O encontro deve acontecer no primeiro semestre de 2020, tendo como limite o mês de junho.

Para o 2º Fórum Comunitário, a administração municipal e o CMDCA devem solicitar formalmente, via ofício assinado (ver Anexo 6), a presença do(a) Observador(a), um(a) profissional contratado(a) e capacitado(a)



pelo UNICEF. O papel desse(a) Observador(a) será acompanhar o evento, de acordo com os critérios estabelecidos na metodologia do Selo UNICEF. O(A) Observador(a) permanecerá um dia no município e, além de participar do 2º Fórum Comunitário, poderá realizar outras atividades para conhecer e avaliar a experiência do município no Selo UNICEF ao longo desta edição.

ORIENTAÇÃO

Não esqueça de enviar ao escritório do UNICEF a solicitação da presença do(a) Observador(a). Este documento precisa conter a proposta de data do 2º Fórum Comunitário e ser enviado com antecedência, em prazos a serem divulgados no início de 2020. Não espere até a última hora. Quanto antes seu município enviar essa solicitação, antes será confirmada a data do encontro.

PREPARAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

A experiência de preparação do 1º Fórum Comunitário deve nutrir a construção deste 2º Fórum. É momento de utilizar a aprendizagem gerada na organização do 1º Fórum Comunitário, avaliar o que engajou mais ou menos a população, ajustar o que foi pouco efetivo e reforçar as estratégias de mobilização que deram

certo. Os municípios devem seguir os passos básicos para a organização do encontro: definição do local e equipes de apoio, mobilização e divulgação, utilizando-se de diversas vias e atores; escolha de um(a) facilitador(a); e fixação de responsáveis para tarefas fundamentais à organização. O detalhamento destes passos se encontra na Dica 1.

Entretanto, a preparação não se dá apenas no âmbito estrutural do encontro: o município deverá se organizar para dividir as tarefas referentes às apresentações que deverão ser feitas no 2º Fórum Comunitário e que serão detalhadas no item sobre a "Realização", a seguir.



- O 2º Fórum Comunitário deverá contar com a participação de, no mínimo, 55 pessoas (para garantir a formação de 11 Grupos de Trabalho com pelo menos 5 pessoas em cada um). Recomenda-se que o convite seja encaminhado com antecedência e que o texto seja objetivo, atrativo e informe data, hora, local e como se inscrever.
- Como se trata da apresentação e prestação de contas do trabalho discutido e validado no 1º Fórum, é importante que sejam convidadas as mesmas instituições e, se possível, as mesmas pessoas, o que não impede o convite a novos participantes. Assim como no 1º Fórum, é importante valorizar a diversidade dos participantes. Na Dica 7, encontra-se uma sugestão de pessoas e instituições que podem ser convidadas.

REALIZAÇÃO

O 2º Fórum Comunitário é o momento de culminância dos esforços do Selo UNICEF no município, por isso, é importante manter o caráter de celebração durante o encontro. Sugere-se que ele seja estruturado em três principais momentos: (A) Feira de Ações do Selo UNICEF; (B) Grupos de Trabalho; e (C) Roda de Conversa. Na Dica 6, encontra-se uma sugestão de agenda para este encontro.

A. FEIRA DOS DIREITOS

A Feira dos Direitos municiará a população e o(a) Observador(a) de informações, oferecendo um panorama geral dos resultados que foram alcançados. O objetivo é, de forma leve e descontraída, dar visibilidade para as Ações de Validação desenvolvidas e comunicar à população os avanços alcançados no desenvolvimento do Selo UNICEF.

Sugere-se que este momento tenha uma hora de duração e, no mínimo, 5 mesas de exposição, garantindo a presença de pelo menos dois adolescentes na apresentação de cada mesa. As mesas podem estar organizadas segundo a opção de cada município, garantindo-se sua finalidade de apresentar as ações que foram realizadas.

A ideia é que a Feira apresente de forma lúdica aquilo que o município alcançou nos anos anteriores dentro do Selo UNICEF, evidenciando as iniciativas que foram realizadas. O formato permite que as ações, desenvolvidas de maneira conjunta, sejam apresentadas por várias vozes e que os participantes consigam transitar por todas as mesas de maneira livre, dedicando o tempo que lhes for interessante para cada uma. A Feira proporciona também que os adolescentes se envolvam com o Fórum de maneira ativa, pois não basta que estejam à frente das mesas apenas neste dia, é preciso que estejam acompanhando continuamente as ações do Selo UNICEF via núcleo de cidadania de adolescentes.

DICA 8

- As mesas de exposição podem ser barracas, mesas/bancadas, estandes, estações ou qualquer outro espaço de exposição delimitado em que seja possível apresentar com clareza e objetividade as principais ações realizadas e seus resultados relacionados a cada um dos objetivos específicos.
- Cada mesa pode trazer de dois a três temas, sempre procurando relacionar as situações identificadas no 1º Fórum e as ações previstas no Plano de Ação ao que foi efetivamente implementado no município, mostrando o que avançou e o que continua como desafio a ser superado.
- Fica a critério do município a decoração do material a ser apresentado, bem como outros detalhes relacionados à Feira.



B. GRUPOS DE TRABALHO

A proposta de divisão em Grupos de Trabalho deve seguir a mesma dinâmica criada para o 1º Fórum Comunitário, porém, neste momento, a conversa terá como intuito **avaliar o processo do Selo UNICEF no município**. Qual é a percepção dos participantes sobre os resultados do Selo UNICEF? A situação melhorou, piorou ou ficou igual? Será neste momento que os participantes poderão discutir sobre as ações mais relevantes para a concretização das mudanças que eram esperadas em 2018 (no 1º Fórum Comunitário), a qualificação dos programas e serviços ofertados, as situações mais desafiadoras, os avanços dos indicadores, entre outros tantos pontos

que foram fundamentais ao longo do processo do Selo UNICEF.

Como no 1º Fórum Comunitário, a ideia é que os participantes se dividam em 11 Grupos de Trabalho, com no mínimo 5 pessoas em cada um, incluindo uma pessoa para assumir o papel de facilitador(a) e outra de relator(a). Para que seja possível organizar os grupos, a indicação é que, após o momento da Feira de Ações, o(a) Articulador(a) convide todos para se reunirem, dando-lhes as boas vindas oficialmente e propondo a divisão dos grupos a partir das fichas entregues no momento da assinatura da lista de presença, conforme feito também no 1º Fórum Comunitário (Para ver sobre o Mercado de Ideias, ver pag. 32 e Anexo 4).

Os GTs devem seguir as mesmas temáticas relacionadas aos indicadores de impacto abordadas no primeiro encontro:

OS GRUPOS DE TRABALHO

- ❑ **GT 1: DIREITO AO REGISTRO CIVIL** – % de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos
- ❑ **GT 2: EVASÃO ESCOLAR** – Taxa de abandono no Ensino Fundamental
- ❑ **GT3: PROGRAMAS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS** – % de crianças beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola
- ❑ **GT 4: ALIMENTAÇÃO INFANTIL** – % de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade
- ❑ **GT 5: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA** – % de nascidos vivos de mulheres com idade entre 10 a 14 anos
- ❑ **GT 6: PRÉ-NATAL** – % de gestantes com sífilis realizando tratamento adequado
- ❑ **GT 7: ÓBITO MATERNO** – % de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados
- ❑ **GT 8: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO** – Distorção idade-série nos anos finais (5º a 9º ano) do Ensino Fundamental da rede municipal
- ❑ **GT 9: DIREITO À VIDA** – % de óbitos infantis investigados
- ❑ **GT 10: VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE** – Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas
- ❑ **GT 11: PROTAGONISMO JUVENIL** – % de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral

A partir desses GTs, as pessoas terão a oportunidade de estabelecer uma análise comparativa com os pontos que foram discutidos em 2018. Para esse momento, o(a) facilitador(a)

pode trazer as informações da situação do município referente a cada indicador na Linha de Base e no Relatório de Meio Período e orientar a conversa a partir de perguntas como:

- ❑ Como o grupo percebe o problema no município atualmente?
- ❑ Houve mudanças relacionadas ao problema nas populações/regiões prioritárias nos últimos três anos?
- ❑ Quais foram os pontos de melhoria em relação a este problema?
- ❑ Quais desafios permanecem para serem enfrentados pelo município em relação a este problema?
- ❑ Como avançar em aspectos que progrediram pouco?

- ❑ Há outras iniciativas e programas aos quais o município poderia desenvolver para avançar na garantia de direitos da criança e adolescência?

Os GTs têm a intenção de aprofundar a reflexão sobre cada indicador, o que pode contribuir para ampliar e qualificar a participação dos convidados no momento da Roda de Conversa e é importante que seu conteúdo seja registrado pelo(a) relator(a) para integrar o Relatório do 2º Fórum Comunitário.



C. RODA DE CONVERSA

A Roda de Conversa é um diálogo coletivo que tem como objetivo promover a transparência e participação da comunidade na avaliação das políticas públicas. Será nesse momento que o(a) facilitador(a) escolhido(a) apresentará uma análise de alguns Resultados Sistêmicos que tiveram destaque no município ao longo da edição do Selo UNICEF, organizando-os entre avanços/conquistas e desafios. Para isso, é importante tomar como base os apontamentos da Reunião Intermediária de Acompanhamento e a atualização do Plano de Ação, bem como os registros inseridos na plataforma. A apresentação do(a) facilitador(a) será intercalada com espaços de debate com os participantes, que já tiveram a oportunidade de “esquentar” a conversa nos Grupos de Trabalho. É este o momento de a população trazer suas impressões e considerações sobre os avanços percebidos nos últimos anos, assim como os pontos que ainda precisam ser melhorados. Para garantir o diálogo de modo dinâmico, recomenda-se que a apresentação do(a) Articulador(a) seja intercalada com a conversa aberta com os participantes. Este momento deverá durar cerca de 1h20, por isso é importante o cuidado com o tempo.

É altamente recomendável a escolha de um(a) facilitador(a) para conduzir a Roda de Conversa que tenha capacidade de escutar e dar a palavra aos participantes que a solicitarem, garantindo que todos possam participar de forma harmoniosa. O(A) facilitador(a) pode ser o(a) Articulador(a) Municipal, algum membro da Comissão Intersetorial ou do CMDCA. O importante é que conheça e acompanhe as ações do Selo UNICEF desde o início e que tenha habilidades para conduzir os participantes durante a atividade.

ORIENTAÇÕES

- Ao citar dados, use números absolutos, o que dá uma dimensão mais real para a comunidade. Por exemplo, ao invés de falar que “20% das crianças estão fora da escola”, é melhor dizer que “a cada 100 crianças, 20 não estão tendo o direito à educação garantido”.
- É importante que o tempo da Roda de Conversa seja respeitado.



O PAPEL DO(A) OBSERVADOR(A)

O(a) Observador(a) é o(a) técnico(a) selecionado pelo UNICEF responsável por visitar um grupo de municípios. Ele(a) estará presente no 2º Fórum Comunitário para validar a realização do evento e também poderá realizar outras atividades de avaliação do Selo UNICEF.

Assim, durante a visita, o(a) Observador(a) também poderá pedir detalhes para o município sobre as Ações de Validação realizadas, a partir dos materiais verificados na plataforma virtual. Sua presença deve ser formalmente requisitada pelo(a) prefeito(a) via ofício direcionado ao UNICEF. A data do Fórum não será imposta pelo UNICEF, e sim pactuada junto ao município para evitar conflito

de agenda. Para isso, o município já deverá indicar, na carta de solicitação enviada, uma relação de **datas que em que não é possível realizar o 2º Fórum Comunitário** (por exemplo, aniversário do município, dia da padroeira, festa regional etc.) na.

O(a) Observador(a) acompanhará tanto o processo de devolução sobre as atividades realizadas pelo município, quanto a avaliação dos avanços do Plano de Ação a ser feita pela comunidade. O(a) Observador(a) irá realizar entrevistas e observações para atestar o quanto o Selo UNICEF contribuiu para a compreensão e percepção da situação do município em relação ao atendimento e à garantia dos direitos das crianças e adolescentes.



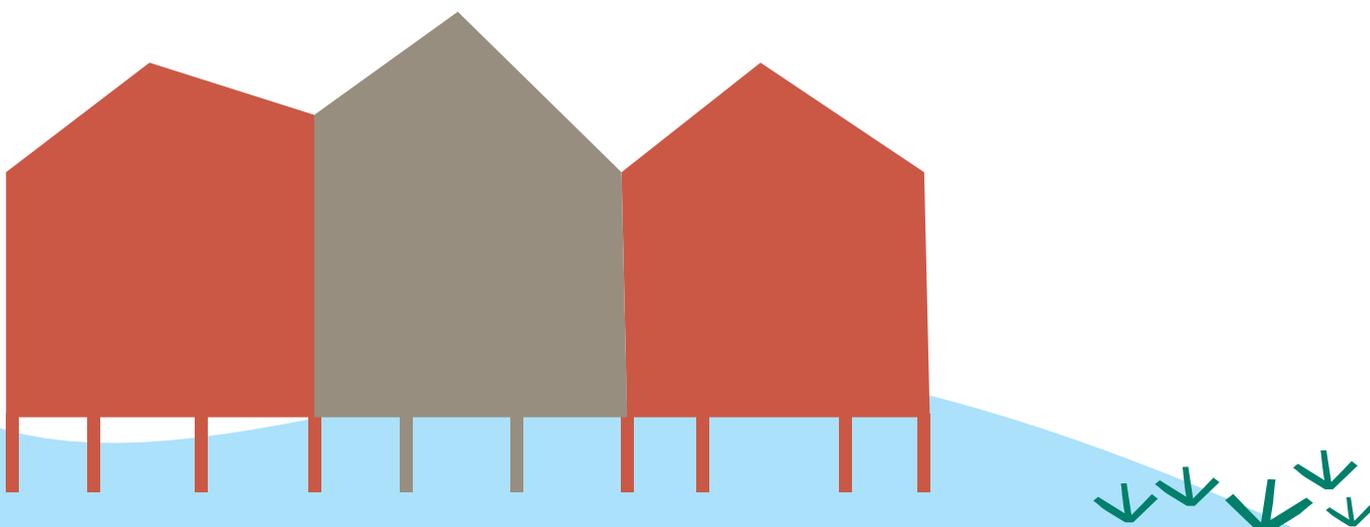
VISIBILIDADE

A mobilização social para o 2º Fórum Comunitário passa necessariamente pela comunicação do encontro à população. Para aumentar a mobilização pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, é importante divulgar seus resultados e desdobramentos. O sucesso do Fórum envolve também a visibilidade do encontro e a divulgação do conteúdo que nele é produzido.

Essa visibilidade pode ser conseguida estimulando a cobertura da mídia local antes, durante e após o Fórum. É importante incentivar todos os envolvidos a acionar as rádios, TVs, jornais e sites da região para comunicar as conquistas discutidas no encontro. As mídias sociais também são muito úteis e extremamente eficientes para essa finalidade.

COMUNIQUE!

- Assim como no Fórum anterior, é importante planejar e realizar estratégias de divulgação deste 2º Fórum Comunitário em diferentes meios de comunicação. Resgate as dicas sobre isso na seção sobre o 1º Fórum Comunitário.
- Os adolescentes – participantes dos núcleos de cidadania de adolescentes e outros –, além da participação no Fórum, podem dar grande contribuição na divulgação de informações nas redes sociais e outros meios de comunicação antes, durante e depois do encontro. Além disso, eles podem contribuir ativamente no registro do Fórum.
- É muito importante registrar a experiência do Fórum por meio de fotos, vídeos e textos, que poderão ser usados nos documentos de comprovação e para divulgar a iniciativa.



DICA 9: SUGESTÃO DE AGENDA PARA O 2º FÓRUM COMUNITÁRIO

8h30	Acolhimento	Os participantes preenchem a ficha de inscrição e a lista de presença ao chegar e recebem uma ficha para posterior divisão do GT.
9h	Feira de ações	As principais ações realizadas no Selo UNICEF são apresentadas em formato de feira, para que as pessoas circulem livremente e conheçam o trabalho realizado no decorrer dos anos. É espaço para que os adolescentes se apropriem do seu protagonismo, também participando da apresentação das ações que acompanharam por meio do núcleo de cidadania de adolescentes.
10h	Boas vindas e organização do GT	O(A) Articulador(a) reúne todos os presentes e lhes dá as boas vindas oficialmente. Também explica proposta da próxima atividade, a divisão dos grupos a partir das fichas recebidas e os conduz aos espaços destinados para os GTs.
10h10	Roda de conversa	Os participantes divididos em 11 GTs avaliam os resultados alcançados com o Selo UNICEF, destacando seus sucessos/avanços e desafios.
11h30	Grupos de trabalho e Mercado de Ideias	O(A) Articulador(a) apresenta uma análise de alguns Resultados Sistêmicos que tiveram destaque no município ao longo da edição do Selo UNICEF, organizando-os entre avanços/conquistas e desafios. A apresentação vai sendo intercalada pelo diálogo com os participantes, a fim de trocar e compor percepções (Sobre Mercado de Ideias ver pag. 32 e Anexo 4).
12h50	Encerramento	Ressalta-se a importância da participação de todos presentes e se estabelece o compromisso da comunicação sobre o resultado final referente à certificação do Selo UNICEF.

COMPROVAÇÃO

É fundamental que os documentos enviados ao UNICEF comprovem que este Fórum garantiu uma efetiva participação da sociedade na análise sobre a evolução nas políticas municipais da infância e adolescência no município, assim como tenha sido feita a comunicação das principais atividades e resultados realizados pelo município de acordo com o Plano de Ação.

Para isso, o documento comprobatório solicitado é:

1

Relatório do 2º Fórum Comunitário - Formulário de Realização do 2º Fórum Comunitário (ver informações contidas no Anexo 6);

2

Lista de presença: constando o conteúdo preenchido pelos participantes e o consolidado de informações sobre a participação no 2º Fórum Comunitário, conforme indicado no Anexo 2.

PRAZO

Os documentos
comprobatórios
devem ser
postados até o
dia 31/07/2020.



RESUMINDO

2º FÓRUM COMUNITÁRIO

OBJETIVOS

1. Prestar contas à sociedade do que foi realizado durante o percurso do Selo UNICEF no município.
2. Comparar a situação do município entre a Linha de Base e o que foi sendo desenvolvido no decorrer dos anos.
3. Ser um mecanismo de promoção de engajamento e participação dos cidadãos.

POR QUÊ?

A comunidade precisa conhecer as ações que foram desenvolvidas no município e os resultados alcançados, assim como participar da discussão sobre os avanços e desafios que fizeram parte do processo.

QUANDO?

Primeiro semestre de 2020 (até junho).

ONDE?

Pode ser um clube, associação, escola, ou outro espaço que se julgue adequado.

QUEM?

O CMDCA, com apoio do(a) Articulador Municipal, Comissão Intersetorial e do núcleo de cidadania de adolescentes.

Deverão participar, no mínimo, 55 pessoas (para garantir pelo menos 5 pessoas em cada um dos 11 Grupos de Trabalho). É preciso que a relação de participantes garanta a representatividade da diversidade encontrada no município.

COMO?

De maneira lúdica, didática e engajadora, o município deverá apresentar para a sociedade as ações que foram desenvolvidas nos anos anteriores, assim como os avanços e desafios referentes ao Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes. Sugere-se que este Fórum aconteça em um período de 4 horas.

PRODUTOS

Relatório do 2º Fórum Comunitário

Lista de presença dos participantes (incluindo as informações consolidadas)



DICA 10 - SUGESTÃO PARA ESTRUTURA DA REUNIÃO INTERMEDIÁRIA DE AVALIAÇÃO**Reunião Intermediária de Avaliação****Objetivos:**

4. Analisar a evolução dos indicadores em relação ao panorama inicial (Linha de Base) e informações sobre a implementação das ações e iniciativas previstas no Plano de Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, a partir do Relatório de Meio-Período.
5. Analisar as escolhas que vêm dando certo no município e também as que podem ser aperfeiçoadas, refletindo-se sobre os motivos dos sucessos e desafios de cada iniciativa realizada.
6. Analisar se o que foi proposto está de fato sendo realizado e fazer ajustes e adequações no Plano de Ação.

9h	Acolhimento	Apresentação de todos e todas os presentes.
9h10	Retomada	Apresentação de material preparado pelo(a) Articulador(a) Municipal sobre: o percurso do Selo UNICEF; a evolução dos indicadores de impacto; os principais objetivos e propostas do Plano de Ação; um balanço das Ações de Validação realizadas até o momento e dos pontos de sucesso e desafios envolvidos em sua realização.
9h40	Grupos de trabalho	Formação de grupos de trabalho com objetivo de discutir os pontos críticos e suas possibilidades de ajustes. O(A) Articulador Municipal deverá já trazer em sua apresentação a indicação dos pontos que devem ser priorizados na discussão em grupos, com base nos componentes do Plano de Ação. A divisão dos grupos pode ter como critério a relação do perfil e ocupação das pessoas com os temas das ações críticas do Plano de Ação. O número de grupos e integrantes devem ser propostos pelo(a) Articulador(a). Assim, diante da apresentação realizada e indicação dos pontos críticos, os participantes dialogam em grupo em torno da reorganização e dos ajustes para 2019 e 2020. Algumas questões norteadoras: Quais ações prioritárias precisam ser revisadas? Qual é a proposta de ajuste? Quem serão os responsáveis? Qual será o novo prazo?
11h	Compartilhando	Os grupos de trabalho apresentam as propostas discutidas e as validam com os participantes. Todas as propostas apresentadas devem ser registradas para serem base dos ajustes do Plano de Ação.
12h	Encerramento	Ressalta-se a importância da participação dos presentes e propõem-se uma data para envio da versão atualizada do Plano de Ação, destacando o compromisso dos participantes compartilharem o conteúdo com os outros atores envolvidos no Selo UNICEF.

DICA 11 – SUGESTÃO DE AGENDA PARA O 2º FÓRUM COMUNITÁRIO**2º Fórum Comunitário****Objetivos:**

4. Prestar contas à sociedade do que foi realizado durante o percurso do Selo UNICEF no município.
5. Comparar a situação do município entre a Linha de Base e o que foi sendo desenvolvido no decorrer dos anos.
6. Ser um mecanismo de promoção de engajamento e participação dos cidadãos.

8h30	Acolhimento	Os participantes preenchem a ficha de inscrição e a lista de presença ao chegar e recebem uma ficha para posterior divisão do GT.
9h	Feira de ações	As principais ações realizadas no Selo UNICEF são apresentadas em formato de feira, para que as pessoas circulem livremente e conheçam o trabalho realizado no decorrer dos anos. É espaço para que os adolescentes se apropriem do seu protagonismo, também participando da apresentação das ações que acompanharam por meio do núcleo de cidadania de adolescentes.
10h	Boas vindas e organização do GT	O(A) Articulador(a) reúne todos os presentes e lhes dá as boas vindas oficialmente. Também explica proposta da próxima atividade, a divisão dos grupos a partir das fichas recebidas e os conduz aos espaços destinados para os GTs.
10h10	Grupos de trabalho e Mercado de Ideias	Os participantes divididos em 11 GTs avaliam os resultados alcançados com o Selo UNICEF, destacando seus sucessos/avanços e desafios (Para mais detalhes ver pag. 32 e Anexo 4 sobre o Mercado de Ideias).
11h30	Roda de conversa	O(A) Articulador(a) apresenta uma análise de alguns Resultados Sistêmicos que tiveram destaque no município ao longo da edição do Selo UNICEF, organizando-os entre avanços/conquistas e desafios. A apresentação vai sendo intercalada pelo diálogo com os participantes, a fim de trocar e compor percepções.
12h50	Encerramento	Ressalta-se a importância da participação de todos presentes e se estabelece o compromisso da comunicação sobre o resultado final referente à certificação do Selo UNICEF.

DICA 12 - PARTICIPANTES E CONVIDADOS SUGERIDOS PARA OS FÓRUNS COMUNITÁRIOS

Instituição ou pessoa que deve ser convidada	Forma de escolha
Adolescentes, sendo três meninos e três meninas dos núcleos de cidadania de adolescentes	O CMDCA organizará um encontro no qual os adolescentes escolherão os seus representantes – pode ser uma oficina, seminário ou reunião do núcleo de cidadania de adolescentes
Artista	Indicação do CMDCA
Comunicador (radialista ou jornalista)	Indicação do CMDCA
Conselheiro Tutelar	Indicação dos membros do Conselho Tutelar
Delegado de Polícia ou outra autoridade policial representada no município, inclusive a Polícia Rodoviária Federal	Indicação do CMDCA (convite pessoal e intransferível)
Empresários ou comerciantes	Indicação do CMDCA
Juiz de Direito	Indicação do CMDCA (convite pessoal e intransferível)
Membros de cinco famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família	As famílias serão escolhidas em reunião do CMDCA a partir de uma lista fornecida pela Secretaria de Assistência Social do município A família escolhida indicará o seu representante
Membro de uma família atendida pela Estratégia Saúde da Família (originalmente PSF) ou Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)	A família será escolhida em reunião do CMDCA a partir de uma lista fornecida pela coordenação do PACS / PSF no município A família escolhida indicará o seu representante
Pai ou mãe de uma criança com deficiência ou necessidade especial de educação, saúde e assistência social	Indicação do CMDCA a partir de listas fornecidas pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social
Parteiro ou parteira	Indicação do CMDCA
Professor(a) do núcleo gestor de uma escola municipal	A escola deverá ser escolhida pelo e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação O(A) professor(a) deverá ser indicado pelos seus pares
Professor(a) de um centro de educação infantil	O centro de educação infantil deverá ser escolhido pelo CMDCA e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação O(A) professor(a) deverá ser indicado pelos seus pares
Profissionais integrantes do PSF ou PACS (mínimo duas pessoas)	Indicação pela coordenação municipal dos programas de um membro que desenvolva trabalho direto com as famílias

DICA 12 - PARTICIPANTES E CONVIDADOS SUGERIDOS PARA OS FÓRUMS COMUNITÁRIOS (continuação)

Instituição ou pessoa que deve ser convidada	Forma de escolha
Profissional sem cargo comissionado lotado em cada um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do município	Os profissionais deverão ser escolhidos pelo CRAS / CREAS em reuniões específicas
Promotor Público	Indicação do CMDCA (convite pessoal e intransferível)
Representante de organizações da sociedade civil na área da infância e adolescência com atuação no município	Indicação da coordenação local da Pastoral ou da ONG identificada
Representante de associação Comunitária	Indicação do CMDCA
Representante religioso	Indicação do CMDCA
Representantes de movimentos sociais ou comunidades rurais, quilombolas e indígenas	O CMDCA indica a comunidade ou movimento, que, por sua vez, indica o seu representante
Representantes de sindicatos	Indicação do CMDCA
Representante de um Conselho Escolar (Escola municipal ou estadual)	A escola deverá ser escolhida pelo CMDCA e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação e indicar seu representante
Representante de um Grêmio Escolar (Escola municipal ou estadual)	A escola deverá ser escolhida pelo CMDCA e/ou pelo Conselho de Educação e/ou pela Secretaria de Educação O Grêmio deverá indicar seu representante
Representante do núcleo gestor de uma escola estadual	A escola deverá ser escolhida pelo CMDCA O núcleo gestor indicará um de seus membros
Representante não governamental de cada um dos conselhos setoriais de educação, saúde e assistência social	Indicação de cada conselho setorial
Rezador ou rezadeira	Indicação do CMDCA
Vereadores	Indicação da Câmara de Vereadores



ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Ficha de Inscrição para os Fóruns Comunitários

Nome:	
Endereço:	
Município:	Estado:
Data de Nascimento:	Sexo:
Telefone:	
E-mail:	
Nível de Escolaridade (última série que concluiu):	
Instituição da qual faz parte:	
Profissão/Cargo:	
Tem alguma deficiência: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Onde Mora: <input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural <input type="checkbox"/> Comunidades tradicionais
Categoria de participante: <input type="checkbox"/> Articulador(a) municipal <input type="checkbox"/> Mobilizador de Adolescentes e Jovens <input type="checkbox"/> Membro da Comissão Intersetorial <input type="checkbox"/> Secretário(a) municipal <input type="checkbox"/> Técnico(a) municipal <input type="checkbox"/> Líder comunitário(a) <input type="checkbox"/> Sociedade civil <input type="checkbox"/> Conselheiro(a) de direitos – CMDCA <input type="checkbox"/> Professor(a) <input type="checkbox"/> Conselheiro(a) tutelar <input type="checkbox"/> Criança ou adolescente <input type="checkbox"/> Observador(a) do UNICEF <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____	
Assinatura:	

Baixe o modelo deste documento no site selounicef.org.br

Anexo 2 – Quadro de informações consolidadas sobre os participantes dos Fóruns Comunitários

MUNICÍPIO:	UF:	DATA:
LOCAL:		
A. PARTICIPAÇÃO		
TOTAL DE PARTICIPANTES: _____		
DOS PARTICIPANTES:		
> MORADORES DA ÁREA RURAL: _____		
> SERVIDORES MUNICIPAIS: _____		
> SERVIDORES ESTADUAIS: _____		
> ENTIDADES PARTICIPANTES: _____		
> ESCOLAS PARTICIPANTES: _____		
> CRIANÇAS E ADOLESCENTES: _____		
> INDÍGENAS: _____		
> QUILOMBOLAS: _____		
B. CONSIDERAÇÕES GERAIS:		

Baixe o modelo deste documento no site selounicef.org.br

Modelo de lista de presença para os Fóruns Comunitários e quadro de informações consolidadas

Lista de presença – Fórum Comunitário			Município:				
Nome	Instituição	Função/Cargo	Idade	Morador de área	Portador de Deficiência	Indígena	Quilombola
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não
				() rural () urbana	() sim () não	() sim () não	() sim () não

Anexo 3 – Modelo de Plano de Ação

IMPACTO Com qual impacto do Selo UNICEF pretende-se contribuir?	INDICADORES DE IMPACTO PRIORITÁRIOS O que permitirá analisar a situação?	SITUAÇÃO Verde ou vermelho	RESULTADOS O que se espera alcançar até 2020?	AÇÕES O que é preciso fazer para gerar essa mudança esperada?	PRAZO Qual período será realizada a ação?	ENVOLVIDOS Quais atores sociais e/ou órgãos públicos devem se envolver na ação?	RESPONSÁVEL Quem irá se responsabilizar pela implementação e acompanhamento?
Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão							
Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços							
Sistema de proteção capaz de prevenir e responder à violência contra crianças e adolescentes							
Cidadãos engajados colaborando ativamente para conduzir ações públicas para a realização dos direitos das crianças e dos adolescentes							

Anexo 4 - Sugestões de metodologias lúdicas para as atividades dos Fóruns Comunitários

Como mencionado ao longo do Guia, é fundamental que sejam desenvolvidas metodologias lúdicas que incentivem o envolvimento efetivo das pessoas presentes nos Fóruns Comunitários, que muitas vezes têm dificuldade em ocupar espaços de participação social, por serem distantes de sua realidade e cotidiano. Além da linguagem simples, é importante utilizar a criatividade para pensar em formas alternativas de trabalho, por isso cada município pode desenvolver as estratégias que julgarem mais adequadas ao seu contexto. A seguir, são sugeridas algumas dinâmicas que podem ser utilizadas nas apresentações, grupos de trabalho e plenárias durante os Fóruns Comunitários – que podem ser adaptadas para melhor se adequarem à realidade e interesse de cada localidade.

A. SUGESTÕES PARA A APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO (USO A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO)

Usar a criatividade para apresentar o cenário das desigualdades que afetam as crianças e adolescentes do município pode envolver a utilização de, por exemplo, teatro, poesia, música, literatura de cordel e modas de viola.

Um bom exemplo de criatividade é a realização do "Cortejo dos direitos": uma comitiva entra no espaço do 1º Fórum Comunitário e convida os participantes para participarem de uma grande ciranda. No centro da roda, pessoas desfilam com estandartes alusivos ao Selo UNICEF e aos temas abordados na Edição 2017-2020. Este momento pode ser interessante para que os participantes notem a relação entre aquilo que lhe é de direito, a situação atual do município e as possibilidades de ação, tudo isso de maneira leve e lúdica.

Cada porta-estandarte apresenta de forma objetiva e simples os indicadores que guiam os esforços do Selo UNICEF e duas propostas para seu alcance no município. Depois convidam os participantes do Fórum a refletir sobre o assunto e iniciar as conversas nos Grupos de Trabalho.

Fica a critério do município a escolha da música, a caracterização dos cirandeiros e a decoração do material a ser apresentado.

B. SUGESTÕES PARA OS PARTICIPANTES EXPRESSAREM SUAS OPINIÕES NOS GRUPOS DE TRABALHO E PLENÁRIA (USO A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO)

Uma forma de estimular a participação dos convidados nos Fóruns Comunitários é utilizando recursos didáticos e lúdicos para que a comunidade possa se expressar de diferentes maneiras. Muitas vezes, os participantes não se sentem à vontade para se posicionar em grupos grandes por meio da fala convencional e, por isso, sua participação em espaços como o Fórum Comunitário acaba ficando restrita. Uma sugestão é a utilização dos cartões verde e vermelho para simbolizar concordância ou discordância de questionamentos disparados pelo(a) facilitador(a) do encontro. Para isso, na recepção do 1º Fórum Comunitário cada convidado deve receber uma dupla de cartões (14cm x 22cm), um verde e um vermelho.

Uma forma de utilizar os cartões e compreender o ponto de vista dos participantes é disparar perguntas que possam ser respondidas com sim ou não, concordo ou discordo, reconheço ou desconheço, entre outras respostas possíveis nesta linha de raciocínio. Para testar, o(a) facilitador(a) poderá fazer perguntas sobre fatos do cotidiano ou da cidade para que as pessoas levantem os cartões verde (para expressar aprovação) ou vermelho (significando desaprovação). Assim, os participantes entendem na prática como os cartões serão usados para valer mais adiante.

A sugestão é utilizar o recurso dos cartões nos grupos de trabalho, e solicitar que os convidados utilizem os cartões para cada informação levantada de acordo com o seu entendimento, assinalando verde quando acharem positivo ou vermelho quando julgarem negativo. Alguns exemplos de perguntas que podem ser feitas dentro dessa dinâmica:

“Antes de apresentar os resultados dos indicadores de impacto, gostaria de conhecer a percepção de vocês sobre estes assuntos no nosso município. Vocês acham que o indicador X é bom ou ruim?” (levantar os cartões e registrar)

“Vocês acham que alguma ação já está sendo realizada para avançar no indicador X?” (levantar os cartões e registrar)

Outra forma de entender o ponto de vista dos participantes é realizar perguntas relacionadas aos indicadores antes dos Grupos de Trabalho. Uma sugestão é utilizar os cartões para responder a questões que complementem o diagnóstico do município a partir da percepção da sociedade civil. Um exemplo de situação pode ser:

“Gostaria de saber qual é a percepção de vocês sobre os direitos da criança e do adolescente. Vou citar uma lista de situações e vocês indicam com o cartão verde quando reconhecem que existe essa situação em nosso município e vermelho quando desconhecem. Vamos lá: crianças trabalhando na feira (levantar os cartões e registrar); oferta de vacinas diariamente nas unidades de saúde (levantar os cartões e registrar); todas as crianças da cidade frequentando a escola (levantar os cartões e registrar)”, e assim por diante.

Cada município tem a autonomia de criar e avaliar quais são as questões que ajudarão a qualificar a participação e propósito do recurso em cada situação, assim como quais estratégias utilizar para estimular a participação social.

Baixe o modelo deste documento no site selounicef.org.br

Anexo 5 – Fichas de indicadores de impacto para uso dos(as) facilitadores(as) e relatores(as) dos Grupos de Trabalho no 1º Fórum Comunitário

GRUPO DE TRABALHO 1: DIREITO AO REGISTRO CIVIL

INDICADOR: % de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos		STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.		
SUBTEMÁTICAS: Identificação de crianças e adolescentes que estão fora da escola.		
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):		
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:
	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	
	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	
	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?	
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:
	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	
	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	
	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?	
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:	
IMPACTO: Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão		

GRUPO DE TRABALHO 2: EVASÃO ESCOLAR						
INDICADOR: Taxa de abandono no Ensino Fundamental	STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho					
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.						
SUBTEMÁTICAS: Identificação de crianças e adolescentes que estão fora da escola.						
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):						
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Quão relevante é o problema no município?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Em quais populações/regiões ele se manifesta?</td> </tr> <tr> <td>Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?</td> </tr> <tr> <td>Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?</td> </tr> </table>	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?
Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:					
Em quais populações/regiões ele se manifesta?						
Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?						
Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?						
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?</td> </tr> <tr> <td>Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?</td> </tr> <tr> <td>Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?</td> </tr> </table>	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?
O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:					
Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?						
Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?						
Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?						
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:					
IMPACTO: Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão						

GRUPO DE TRABALHO 3: PROGRAMAS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

INDICADOR: % de crianças beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola		STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 7º do ECA: A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Art. 39 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.		
SUBTEMÁTICAS: papel do CRAS; busca ativa realizada pelo CRAS; programas, serviços e benefícios sociais ofertados pelo SUAS		
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):		
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:
	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	
	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	
	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?	
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:
	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	
	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	
	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?	
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:	
IMPACTO: Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão		

GRUPO DE TRABALHO 4: ALIMENTAÇÃO INFANTIL						
INDICADOR: % de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade	STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho					
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 4º do ECA: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.						
SUBTEMÁTICAS: ações sobre amamentação; ações de prevenção e tratamento da obesidade infantil; ações de saúde dentro das escolas.						
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):						
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Quão relevante é o problema no município?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Em quais populações/regiões ele se manifesta?</td> </tr> <tr> <td>Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?</td> </tr> <tr> <td>Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?</td> </tr> </table>	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?
Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:					
Em quais populações/regiões ele se manifesta?						
Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?						
Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?						
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?</td> </tr> <tr> <td>Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?</td> </tr> <tr> <td>Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?</td> </tr> </table>	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?
O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:					
Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?						
Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?						
Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?						
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:					
IMPACTO: Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão						

GRUPO DE TRABALHO 5: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

INDICADOR: % de nascidos vivos de mulheres com idade entre 10 a 14 anos		STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 11 do ECA: É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.		
SUBTEMÁTICAS: Atendimentos à adolescentes grávidas; ações de promoção de direitos sexuais, reprodutivos e prevenção das IST/Aids voltadas para adolescentes; Caderneta da Saúde do Adolescente		
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):		
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:
	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	
	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	
	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?	
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:
	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	
	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	
	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?	
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:	
IMPACTO: Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços		

GRUPO DE TRABALHO 6: PRÉ-NATAL		
INDICADOR: % de gestantes com sífilis realizando tratamento adequado	STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho	
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 8º do ECA: É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)		
SUBTEMÁTICAS: Qualidade do pré-natal; oferta de testes de HIV e Sífilis; atendimento às gestantes.		
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):		
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:
	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	
	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	
	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?	
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:
	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	
	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	
	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?	
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:	
IMPACTO: Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços		

GRUPO DE TRABALHO 7: ÓBITO MATERNO

INDICADOR: % de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados		STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho
POR QUE É IMPORTANTE? Portaria 1.119 de 2008 do Ministério da Saúde: Art. 2º - Os óbitos maternos e os óbitos de mulheres em idade fértil, independentemente da causa declarada, são considerados eventos de investigação obrigatória, com o objetivo de levantar fatores determinantes, suas possíveis causas, assim como de subsidiar a adoção de medidas que possam evitar a sua reincidência. § 1º Para fins de investigação, é considerado óbito materno a morte de mulher, ocorrida durante a gestação ou até um ano após o seu término, devida a quaisquer causas relacionadas com o seu desenvolvimento ou agravada no seu curso, inclusive por medidas adotadas durante a gravidez, independentemente de sua duração ou da localização, excluídas as acidentais ou incidentais. § 3º Para fins de investigação, são considerados óbitos de mulheres em idade fértil aqueles ocorridos em mulheres de 10 a 49 anos de idade.		
SUBTEMÁTICAS: Qualidade do pré-natal; oferta de testes de HIV e Sífilis; atendimento às gestantes.		
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):		
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:
	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	
	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	
	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?	
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:
	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	
	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	
	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?	
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:	
IMPACTO: Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços		

GRUPO DE TRABALHO 8: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

INDICADOR: Distorção idade-série nos anos finais (5º a 9º ano) do Ensino Fundamental da rede municipal	STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho					
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 53 do ECA: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.						
SUBTEMÁTICAS: Promoção da igualdade étnico-raciais; combate ao racismo; mapeamento e ações específicas para estudantes com distorção idade-série.						
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):						
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 5px;">Quão relevante é o problema no município?</td> <td rowspan="4" style="padding: 5px; vertical-align: top;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Em quais populações/regiões ele se manifesta?</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?</td> </tr> </table>	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?
Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:					
Em quais populações/regiões ele se manifesta?						
Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?						
Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?						
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 5px;">O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?</td> <td rowspan="4" style="padding: 5px; vertical-align: top;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?</td> </tr> </table>	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?
O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:					
Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?						
Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?						
Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?						
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:					
IMPACTO: Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços						

GRUPO DE TRABALHO 9: DIREITO À VIDA						
INDICADOR: % de óbitos infantis investigados	STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho					
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 11 do ECA: É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) Art. 14 do ECA: O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.						
SUBTEMÁTICAS: Funcionamento do Conselho Tutelar, CRAS e CREAS; qualidade do atendimento em saúde.						
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):						
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Quão relevante é o problema no município?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Em quais populações/regiões ele se manifesta?</td> </tr> <tr> <td>Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?</td> </tr> <tr> <td>Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?</td> </tr> </table>	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?
Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:					
Em quais populações/regiões ele se manifesta?						
Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?						
Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?						
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?</td> </tr> <tr> <td>Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?</td> </tr> <tr> <td>Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?</td> </tr> </table>	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?
O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:					
Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?						
Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?						
Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?						
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:					
IMPACTO: Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços						

GRUPO DE TRABALHO 10: VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE						
INDICADOR: Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas.	STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho					
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 18 do ECA: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.						
SUBTEMÁTICAS: situações mais críticas de violência no município; serviços de atendimento integrado à criança e adolescente; sensibilização da sociedade para o tema da violência; prevenção à violência e proteção da vítima.						
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):						
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">Quão relevante é o problema no município?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%; vertical-align: top;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Em quais populações/regiões ele se manifesta?</td> </tr> <tr> <td>Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?</td> </tr> <tr> <td>Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?</td> </tr> </table>	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?
Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:					
Em quais populações/regiões ele se manifesta?						
Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?						
Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?						
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?</td> <td rowspan="4" style="width: 50%; vertical-align: top;">REGISTROS:</td> </tr> <tr> <td>Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?</td> </tr> <tr> <td>Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?</td> </tr> <tr> <td>Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?</td> </tr> </table>	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?
O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:					
Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?						
Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?						
Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?						
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:					
IMPACTO: Sistema de proteção capaz de prevenir e responder à violência contra crianças e adolescentes.						

GRUPO DE TRABALHO 11: PROTAGONISMO JUVENIL

INDICADOR: % de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral		STATUS DO MUNICÍPIO: () verde () vermelho
POR QUE É IMPORTANTE? Art. 15 do ECA: A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.		
SUBTEMÁTICAS: Grupos organizados de adolescentes; grêmios escolares; funcionamento do CMDCA; espaços de participação social.		
PERGUNTAS DISPARADORAS (exemplo de perguntas que podem ser feitas para disparar a discussão no grupo):		
DIAGNÓSTICO: (como o grupo vê o problema)	Quão relevante é o problema no município?	REGISTROS:
	Em quais populações/regiões ele se manifesta?	
	Quais atores sociais estão mais diretamente envolvidos com o problema?	
	Como o município tem enfrentado o problema ao longo do tempo?	
SUGESTÕES: (o que o grupo sugere para solucionar o problema)	O problema precisa ser encarado como prioridade no Plano de Ação?	REGISTROS:
	Quais regiões e populações devem ser prioridades para encarar o problema?	
	Que atores sociais devem ser envolvidos na resolução do problema?	
	Que ações podem ser realizadas para a resolução do problema?	
OBSERVAÇÕES GERAIS	REGISTROS:	
IMPACTO: Cidadãos engajados colaborando ativamente para conduzir ações públicas para a realização dos direitos das crianças e dos adolescentes.		

Anexo 7 – Modelo de Ofício para Convite de Observador(a) ao 2º Fórum Comunitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDES VALE*
Verdes Vale*, 04 de abril de 2018

Senhor(a) Coordenador(a) do UNICEF

Assunto: Solicitação da presença do Observador para acompanhar o 2º Fórum Comunitário.

O Município de Verdes Vale* cumprimenta a todos da equipe do UNICEF e, na oportunidade, vem informar que está disponível em __(dia)_ de __(mês)__ para realizar o 2º Fórum Comunitário da Edição 2017-2020 do Selo UNICEF.

Mediante a referida informação, solicitamos a presença do(a) Observador(a) para acompanhar a realização do 2º Fórum Comunitário.

O Município Verdes Vale* prestará contas à população das conquistas alcançadas e dos desafios enfrentados durante os três anos em que foi trabalhada a metodologia proposta pelo Selo UNICEF. Repensamos e elaboramos estratégias de forma a atingir os resultados esperados, com intuito de reduzir as desigualdades e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

Atenciosamente,

João Cabral de Melo Neto* – Prefeito Municipal de Verdes Vale*

Rua dos Azóis Pereira, 2016 Verdes Vales – UF – Brasil*

*Nomes e informações fictícias

MUNICÍPIO:	UF:	DATA:
LOCAL:		
A. RECEPÇÃO DOS PARTICIPANTES		
B. FEIRA DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS		
C. GRUPOS DE TRABALHO		
D. RODA DE CONVERSA		
E. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS AVANÇOS/CONQUISTAS E DESAFIOS		
F. ENCERRAMENTO		
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
PARTICIPAÇÃO		
TOTAL DE PARTICIPANTES: _____		
DOS PARTICIPANTES		
> MORADORES DA ÁREA RURAL: _____		
> SERVIDORES MUNICIPAIS: _____		
> SERVIDORES ESTADUAIS: _____		
> ENTIDADES PARTICIPANTES: _____		
> ESCOLAS PARTICIPANTES: _____		
> CRIANÇAS E ADOLESCENTES: _____		
> INDÍGENAS: _____		
> QUILOMBOLAS: _____		
ASSINATURA DO(A) PRESIDENTE DO CMDCA _____		
ASSINATURA DO(A) ARTICULADOR/A MUNICIPAL _____		

Baixe o modelo deste documento no site selounicef.org.br

Entre em contato com o UNICEF

www.unicef.org.br

www.facebook.com/unicef.no.brasil

Escritório do UNICEF em Fortaleza

(responsável pelos municípios do Ceará)

Centro Administrativo do Estado

Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício Seplag,

Térreo – Cambéba – Fortaleza, CE

CEP 60822-325

Telefone: (85) 3306 5700

e-mail: fortaleza@unicef.org

Escritório do UNICEF em Salvador

(responsável pelos municípios da Bahia, Minas Gerais e Sergipe)

Praça Municipal Thomé de Souza, s/n – Edifício Elevador

Lacerda – Centro – Salvador, BA

CEP 40020-010

Telefone: (71) 3183 5700

e-mail: salvador@unicef.org

Escritório do UNICEF em Recife (responsável pelos municípios de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte)

Rua Henrique Dias, S/N – Ed. do IRH, Térreo

Derby – Recife, PE – CEP 52010-100

Telefone: (81) 3059 5700

e-mail: recife@unicef.org

Escritório do UNICEF em Belém

(responsável pelos municípios do Amapá, Pará, Mato Grosso e Tocantins)

Trav. Dom Romualdo Coelho, nº 500

Umarizal, Belém, PA

CEP 66055-190

Telefone: (91) 3073 5700

e-mail: belem@unicef.org

Escritório do UNICEF em Manaus

(responsável pelos municípios do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima)

Av. Darcy Vargas, 77, Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas – Bairro da Chapada – Manaus, AM

CEP 69050-020

Telefone: (92) 4009 0850

e-mail: manaus@unicef.org

Escritório do UNICEF em São Luís

(responsável pelos municípios do Maranhão)

Rua Santo Antônio, 246 – Centro – São Luís, MA

CEP 65010-590

Telefone: (98) 4009 5700

e-mail: saoluis@unicef.org



Realização:

unicef  para cada criança

Parcerias Estratégicas:



Parcerias na Amazônia:



Parcerias no Semiárido:

